

Capítulo 1

Teoria social, capitalismo e agricultura familiar

Sergio Schneider

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SCHNEIDER, S. Teoria social, capitalismo e agricultura familiar. In: *A pluriatividade na agricultura familiar* [online]. 2nd ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. Estudos Rurais series, pp. 21-72. ISBN 978-85-386-0389-4. Available from doi: [10.7476/9788538603894](https://doi.org/10.7476/9788538603894). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/b7spy/epub/schneider-9788538603894.epub>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

CAPÍTULO 1

Teoria social, capitalismo e agricultura familiar

No período recente, a expressão “agricultura familiar” vem ganhando legitimidade social e científica no Brasil, passando a ser utilizada com crescente frequência nos discursos dos movimentos sociais rurais, pelos órgãos governamentais e por segmentos do pensamento acadêmico, especialmente pelos estudiosos das Ciências Sociais que se ocupam da agricultura e do mundo rural.

Ao contrário do que imaginavam muitos cientistas sociais brasileiros, a década de 1990 foi pródiga em recolocar em cena temas e questões que pareciam ter sido sepultados pelo curso dos acontecimentos históricos recentes. Assim tem sido com o debate e as ações sociais em relação à reforma agrária, talvez o mais emblemático desses temas, que havia conquistado grande projeção nos ambientes acadêmicos, intelectuais e políticos a partir do final da década de 1950, silenciado durante o ciclo militar e tendo retornado posteriormente à pauta dos debates. Após o golpe militar de 1964, somente se voltou a falar em reforma agrária a partir de meados da década de 1980 com o início da abertura democrática, ainda que, nesse período, as discussões e expectativas tenham sido rapidamente mitigadas pela aprovação de dispositivos anti-reformistas durante a Constituinte de 1988. Mas, nos anos noventa, a luta pela terra e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) voltaram a ocupar expressivos espaços no cenário político nacional, cujos contornos não cabe aqui aprofundar, pois além de serem relativamente conhecidos encontram-se fora dos domínios deste trabalho. Algo semelhante vem ocorrendo com os estudos sobre as relações de trabalho e os sistemas produtivos na agricultura, ou melhor, com as análises acerca de qual modelo de uso da terra e forma de propriedade pode garantir ao País a resolução de seus problemas com o abastecimento alimentar e os processos redistributivos.

Para diversos autores que imaginavam que a chamada “questão agrária” brasileira estava resolvida e que também não fazia mais qualquer sentido uma aposta intelectual para estudar os grupos sociais que vivem fora dos espaços urbanos e industrializados, esses dois exemplos, além de tantos outros, parecem indicar que o estudo das sociedades agrárias, do espa-

ço rural e da economia agrícola ainda requer um olhar e uma contribuição das Ciências Sociais.

Todavia, o resgate analítico do sentido acadêmico, político e social da questão agrária e do estudo das sociedades e grupos que hoje vivem fora das cidades não se assenta mais sobre as mesmas bases do passado, quando abordar esse tema implicava usualmente discutir a produção agropecuária, os sistemas produtivos, o comércio e as trocas agrícolas, os padrões tecnológicos, a estrutura fundiária, a inversão de capital, entre outros focos então privilegiados, e buscar saber quais eram os mecanismos que levariam (ou não) os agricultores e os habitantes do mundo rural a se inserir na economia de mercado, ou até mesmo a desenvolver processos sociais que negavam a ordem capitalista. O debate sobre as famílias rurais e seu papel ou lugar na estrutura agrária constituiu-se, durante um longo período, no objeto central dos estudos sobre o mundo rural.

Na verdade, aquele foi um debate fortemente marcado por um viés econômico e urbano, no qual estudar as formas sociais de trabalho e produção no campo fazia sentido à medida que produzisse explicações e interpretações sobre os rumos do desenvolvimento do capitalismo em geral e o papel da agricultura nesse processo. Assim posta, a discussão da questão agrária (ou do *agrarismo*) era eminentemente uma “questão política”, que atraía seguidores de toda ordem, tanto à esquerda como à direita. Para estudiosos à esquerda, estava em questão a luta de classes e o papel dos grupos sociais rurais, ao passo que para aqueles situados à direita, tratava-se de um problema de adequação de políticas econômicas para alavancar o desenvolvimento rural e, assim, fazer com que a agricultura cumprisse seu papel no processo de acumulação capitalista.

Contudo, embora a questão agrária brasileira ainda não tenha sido superada, é preciso ter claro que, nos dias atuais, a dicotomia campo-cidade não se resume à diferença de classes e tampouco a meros problemas de política econômica. Atualmente, não se fala apenas da agricultura e da produção agrícola, mas do rural *lato sensu*. Como destacou Jollivet (1997, p.24), “passamos de uma terminologia que acentuava o conteúdo (o mundo rural) para uma outra que acentua o contido (o espaço rural), o adjetivo é transformado em substantivo, mas para denominar, sempre, o espaço e o ambiente social no qual ele vive”. Por certo, a agricultura como atividade produtiva não perdeu sua importância e não deixou de ser parte integrante do mundo rural. O que está acontecendo, no entanto, é que o rural não mais se resume à atividade econômica agrícola, pois a ele passaram a incorporar-se, nas leituras analíticas e nas representações sociais, outras dimensões como a natureza, as famílias rurais, as paisagens, o patrimônio cultural e as tradições, entre outras.

Embora a agricultura guarde um lugar de destaque no espaço rural, é errôneo imaginar que ela própria não tenha sido modificada ao longo dessa trajetória. Em vários países, conforme se verá, a dinâmica da própria agricultura no espaço rural é condicionada e determinada pelas outras atividades ali praticadas e é percebida como *um* dos agentes das relações que se estabelecem entre a sociedade e o espaço. Talvez o exemplo emblemático, entre outros, dessa mudança na “forma de ser” do rural seja a emergência e a expansão das “unidades familiares pluriativas”, pois é cada vez mais freqüente que uma parte dos membros das famílias residentes no meio rural se dedique às atividades não-agrícolas, dentro ou fora das propriedades. A pluriatividade refere-se à emergência de situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a dedicar-se ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura e ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção.

Neste capítulo pretende-se introduzir o debate acadêmico realizado no período recente no Brasil, inspirado na tradição marxista. Como se verá, trata-se de produção teórica que representa um ingente esforço de reflexão sobre as razões que permitem a sobrevivência e a reprodução da agricultura familiar sob o capitalismo. Essa revisão inicia-se com a retomada do debate brasileiro, cujo objetivo é tentar desvendar os motivos que justificam a ausência dessa temática entre as discussões das Ciências Sociais brasileiras, até, pelo menos, a década de 1990. A seguir, são expostos os argumentos e as bases teóricas sobre as quais se assentam alguns dos principais trabalhos sobre a agricultura familiar publicados recentemente no Brasil. Na seqüência, apresenta-se a proposta teórica da corrente que Buttel, Larson e Gillespie Jr. (1990) passaram a chamar de Sociologia da Agricultura e as diferentes vertentes, ainda no campo da tradição marxista, que buscaram explicar a persistência da forma familiar no regime capitalista. A primeira oferece argumentos baseados na idéia dos obstáculos estruturais, impostos pela própria natureza, para que a agricultura se tornasse uma atividade “interessante” ao capital. A segunda, no entanto, indica que a manutenção da agricultura familiar deve-se a razões endógenas, próprias das unidades baseadas na utilização de trabalho não-asalariado. Além dessas duas, também se apresentam, *en passant*, os esforços recentes de alguns autores na elaboração de modelos de análise da agricultura familiar. Na seção final, discutem-se os principais avanços realizados no interior da tradição marxista, mas também seus limites e lacunas, o que permite, no último item, retomar o conjunto de argumentos apresentados.

1.1. TEORIAS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Uma revisão das principais contribuições teóricas do pensamento social que têm sido influentes no período recente para a abordagem dos temas relacionados às sociedades rurais e à agricultura certamente apontaria o marxismo como uma das vertentes analíticas que mais se dedicou a esses objetos.¹ O predomínio do instrumental analítico marxista é ainda mais significativo em relação às análises mais específicas sobre a agricultura familiar e as formas sociais de trabalho vigentes no mundo rural. Entre as hipóteses que justificam essa hegemonia pode-se apontar, provavelmente, o próprio referencial epistemológico com o qual opera a teoria social crítica, situado no campo dos aportes holísticos e nomológicos, que privilegiam o estudo das relações sociais e econômicas, a ação social e/ou os comportamentos e as representações dos indivíduos. Já com relação a outros temas, como é o caso dos processos de difusão e adoção do progresso tecnológico pelos agricultores, a contribuição da Sociologia Rural de orientação funcionalista (especialmente a norte-americana) certamente registra maior acúmulo de trabalhos. No entanto, as opções teóricas e metodológicas não devem ser feitas de acordo com a variação dos temas a serem estudados, mas, ao contrário, orientadas pelas convicções epistemológicas e científicas do investigador.

Não constitui propósito deste livro elaborar um quadro exaustivo de revisão da bibliografia e do estado da arte que cada uma das principais escolas do pensamento social elaborou sobre as sociedades agrárias e o mundo rural. O tema aqui proposto e o enfoque escolhido integram uma trajetória de pesquisa iniciada há vários anos, cuja preocupação central tem sido a reflexão sobre as formas sociais de organização do trabalho, da produção e da sociabilidade de grupos sociais rurais. Do ponto de vista teórico, o trabalho não representa apenas uma tentativa de explicar determinado objeto sociológico a partir de uma perspectiva crítica, mas, igualmente, o amadurecimento de determinada perspectiva epistemológica que se sedimenta em torno da herança do método histórico e dialético. Trata-se, também, de uma tentativa de testar a capacidade explicativa de um método informado pelo referencial holístico e nomológico (o marxismo) de situações, fenômenos e comportamentos microsociológicos, como é o caso dos indivíduos pluriativos e das famílias rurais investigadas.

¹ Entre outras abordagens, podem ser citadas a teoria do *continuum* rural-urbano, forjada no seio dos estudos de comunidade de Redfield e outros, das teorias da modernização, da contribuição inequívoca da *Rural Sociology* norte-americana, com suas abordagens behavioristas e empiricistas, além, é claro, da contribuição da Sociologia Rural funcionalista francesa de Henry Mendras (Schneider, 1997).

Antes de adentrar nas questões de natureza substantiva ligadas a esse debate, cabe enfatizar que a sua retomada está relacionada, ao mesmo tempo, aos referenciais teóricos que guiam este estudo e ao próprio objeto aqui apurado. Ao interpretar a pluriatividade como uma das características da agricultura familiar contemporânea, faz-se mister apresentar os argumentos que sustentam essa proposição e guiam essa perspectiva analítica. O que se apresenta a seguir tem, portanto, um duplo objetivo: primeiro, mostrar como a insuficiência (e apontar quais as razões) do debate brasileiro sobre a agricultura familiar impôs estreitos limites para que se estabelecesse uma relação entre compreensões analíticas sobre o debate da agricultura familiar e o emergente tema da pluriatividade e, em segundo lugar, buscar evidenciar esses mesmos limites a partir da bibliografia específica sobre a agricultura familiar, no caso, a produção dos “neomarxistas”, enfoque que, em determinado momento, passou a perceber a pluriatividade ou a opção pelas atividades não-agrícolas como uma das possibilidades de afirmar essa forma social na estrutura agrária do capitalismo contemporâneo.

Seguindo-se aos escritos fundadores de Marx, com a exceção notável das contribuições de Lênin e Kautsky (este último escassamente difundido no Ocidente até meados da década de 1960), o debate marxista sobre a agricultura e as relações sociais por ela engendradas permaneceram circunscritos ao seu papel econômico no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo. Ou seja, a principal questão perseguida pela maioria dos autores consistia em investigar se a instauração do modo de produção capitalista acarretava ou não determinadas formas de propriedade (que, assim acreditava-se, seriam necessariamente semelhantes àquelas estudadas por Marx em relação ao caso inglês) e, em consequência, um certo tipo de estrutura de classes. Por esta razão, entre a década de 1920 e meados dos anos sessenta, a maior parte dos estudos propriamente sociológicos sobre as sociedades agrárias e o mundo rural foi realizada por outras tradições teóricas do pensamento social que não o marxismo, como é o caso, em particular, do estrutural-funcionalismo (Newby, 1987).

Nesse sentido, é sintomático o fato de que, para o marxismo, no período mencionado, a agricultura e o mundo rural tivessem sido tratados como “questão agrária”, expressão que rotulou o debate acerca dos rumos e especificidades da penetração do capitalismo na agricultura, sob o ponto de vista do processo de acumulação de capital e de formação da estrutura de classes. As relações sociais e as categorias agrárias eram tratadas sob tal enfoque a partir da perspectiva do desenvolvimento do capitalismo. Embora tenha havido alguns impasses críticos em relação a certos aspectos dessa tradição, é preciso reconhecer que a abordagem marxista, ao contrário das outras vertentes sociológicas, teve o mérito de mostrar como determinadas formas sociais são superadas ou elimi-

nadas, à medida que avança o processo de divisão social do trabalho na sociedade capitalista e indicar como aparecem novas categorias em seu lugar. As ressalvas, como se verá mais adiante, referem-se, sobretudo, a um evidente grau de reducionismo conceitual, fruto de interpretações dedutivistas em relação à contribuição original de Marx, que acabou privilegiando excessivamente os aspectos econômicos das relações sociais do campo, relegando a plano secundário as demais dimensões que conformam os arranjos societários. Apesar disso, nenhuma outra tradição teórica do pensamento social foi capaz de produzir interpretações tão vigorosas e abrangentes sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura e as transformações das sociedades rurais e agrárias.

Contudo, a partir de meados da década de 1970, a literatura marxista sobre a agricultura e o mundo rural ganhou novo impulso e passou a ser difundida nos principais centros universitários. Essa mudança parece estar fortemente relacionada, naqueles anos, à própria ascensão acadêmica do marxismo enquanto um método científico de análise do social.² Em razão disso, houve um deslocamento da questão agrária original, tal como enfatizado nas obras de Marx, Lênin e Kautsky (aqui entendida como uma questão política de acumulação de forças a favor da luta de classes), para uma reflexão acerca das características e particularidades do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo (Buttel, Larson, Gillespie, 1990). Um dos principais temas desse debate foi, e em larga medida ainda continua a ser, a reflexão acerca da estrutura social e das formas da organização produtiva que vigorariam na agricultura capitalista. Nesse sentido, em razão do predomínio da agricultura familiar na estrutura agrária dos países desenvolvidos, que se ampliou fortemente a partir do final da Segunda Guerra Mundial e durante o ciclo expansionário dos “anos dourados” (1945-1973), o debate passou a concentrar-se em torno da persistência das unidades agrícolas baseadas no trabalho da família.³ Por este motivo, quando se opta pelo estudo da agricultura familiar, deve-se ter consciência de que se trata de um tema umbilicalmente arraigado no pensamento social marxista, embora não seja, evidentemente, de seu domínio exclusivo.

Pela sua complexidade e magnitude, uma revisão abrangente e detalhada da literatura marxista acerca da agricultura familiar certamente não é tarefa simples. Para que esse repto seja menos arduo, esta revisão se apoiará em outros trabalhos acadêmicos. Nesse sentido, é preciso reconhecer o extraordinário avanço que trabalhos como os de Hussain e Tribe (1983), em um primeiro momento, e, no caso brasileiro, o referencial estudo de Abramovay (1992) propor-

² Há quem credite essa chegada do marxismo às universidades e aos centros acadêmicos dos países do capitalismo avançado à contribuição da obra de Louis Althusser e sua extremada ênfase no rigor lógico e conceitual.

³ Para uma visão histórica da presença da agricultura familiar nos principais países ocidentais, consultar Veiga (1991), Abramovay (1992), Gervais, Jollivet e Tavernier (1977).

cionaram à análise dos principais paradigmas teóricos utilizados pelas Ciências Sociais rurais nas últimas décadas, particularmente quando ressaltaram os limites das formulações clássicas. Abramovay, particularmente, situou corretamente tais limites epistemológicos de cada uma das vertentes teóricas e indicou que os clássicos se interessavam pelos desígnios do que hoje se denomina “agricultura familiar” à medida que esses tinham um *papel político* a desempenhar como classe no processo de desenvolvimento do capitalismo, argumento que, igualmente, Hussain e Tribe já haviam enfaticamente ressaltado, anos antes.⁴ Isso não quer dizer, evidentemente, que ao se analisar as contribuições mais recentes do pensamento social crítico sobre a forma familiar não se façam referências aos fundadores, que expuseram de modo pioneiro problemas e contradições que, mesmo no presente quadro da História, ainda mantêm surpreendente atualidade.

Entretanto, cabe ainda outra ressalva. Embora se considere que a consulta a outros autores abrevie o desafio de retomar a contribuição do pensamento social marxista sobre a forma familiar de produção na agricultura, isso não quer dizer que se subscrevam todas as conclusões desses autores no que se refere aos limites explicativos do método dialético enquanto teoria social. Esta postura também não implica concordância integral com as análises de algumas vertentes do marxismo sobre as relações sociais na agricultura e no mundo rural. Ao contrário, se pretende resgatar o núcleo metodológico dessa tradição do pensamento sociológico e tentar demonstrar, a partir do estudo da agricultura familiar e da pluriatividade, que essa perspectiva teórica ainda pode ser utilizada como instrumento analítico para fazer avançar o conhecimento sociológico sobre o espaço rural e as relações sociais que nele ocorrem.

Portanto, não cabe aqui um escrutínio dos erros e acertos do marxismo em relação aos desígnios do desenvolvimento do capitalismo no campo e tampouco um esforço comparativo de avaliação em relação às vertentes teóricas concorrentes. O que se pretende demonstrar é que a teoria marxista ainda guarda potencialidades explicativas quando se pretende discutir, como é o caso da presente tese, o trabalho e suas formas de materialização, quer sejam familiares ou sociais, em determinados ambientes econômicos e produtivos, como é o caso das famílias rurais que possuem pequenas propriedades de terra. Sem se fixar exclusivamente nas dimensões econômicas e materiais das unidades familiares, o que se busca é perceber como determinados grupos sociais (famílias de agri-

⁴ Para Marx eram “produtores parcelários”, para Lênin e Engels eram “camponeses” e Kautsky os designava “pequenos proprietários”. Abramovay mostrou em seu estudo que os clássicos jamais chegaram a formular uma “teoria” específica para os agricultores ou camponeses. Os três, indistintamente, acreditavam que a presença dessas categorias poderia ser explicada no escopo de uma teoria geral sobre o próprio desenvolvimento do capitalismo.

cultores e famílias pluriativas) são integrados ou excluídos da divisão social do trabalho. Mais do que isso, pretende-se avaliar de que maneira se produzem essas situações e se são decorrentes de iniciativas individuais e/ou familiares ou decorrentes de condicionantes estruturais, como a pressão do mercado de trabalho, por exemplo.

Nesse sentido, a opção pela análise da pluriatividade a partir do ambiente familiar, focalizando aspectos como a organização do processo produtivo, as formas de uso e alocação da força de trabalho familiar, o investimento e o destino das rendas e as relações de gênero, representa um esforço para demonstrar que, embora a forma familiar seja afetada e de certo modo condicionada pelo mercado e pela dinâmica capitalista de produção, ela tem revelado capacidade de se adaptar e estabelecer estratégias que vêm garantindo sua reprodução social. Trata-se, portanto, de estudar a pluriatividade a partir da perspectiva da agricultura familiar ou, dito de outra forma, buscar compreender e explicar se o recurso crescente à diversificação das atividades econômicas dos indivíduos e das famílias que residem no espaço rural é uma característica estrutural dessas unidades ou, então, se trata-se de uma estratégia de reprodução frente a um determinado contexto ou a um conjunto de oportunidades.

1.2. O DEBATE BRASILEIRO SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR

No Brasil, permanecem muitas dúvidas e mesmo divergências entre os estudiosos em relação à utilização da noção de agricultura familiar, bem como de pluriatividade. Talvez ainda haja pouca clareza analítica ou consenso em relação ao objeto que se pretende caracterizar ou aos processos sociais e fenômenos empíricos que se quer referenciar quando se utilizam essas noções. Por se tratarem de noções recentes, essa ambivalência conceitual não deve surpreender. No entanto, ao observar-se que essas noções referem-se aos mesmos grupos sociais que a Sociologia e as demais Ciências Sociais brasileiras vêm estudando desde os anos cinquenta, pode-se perceber seu curso histórico e indagar se tais noções vêm em substituição a outros conceitos e idéias que marcaram a produção científica das últimas décadas, como o campesinato ou a pequena produção.

Neste capítulo, não se pretende fazer uma revisão dos estudos agrários e rurais, realizados nas últimas décadas, com o objetivo específico de responder se a agricultura familiar está se tornando uma noção que vem para substituir conceitos anteriormente utilizados, mas que focalizavam os mesmos grupos sociais. Mesmo sem este objetivo, deve-se reconhecer que, ao se propor um estu-

do das atividades não-agrícolas e da pluriatividade de indivíduos e famílias que residem no espaço rural e são proprietárias de pequenos lotes de terra – sendo por estas características chamados de “agricultores familiares” –, é mister que se faça uma avaliação da trajetória que levou ao aparecimento dessas denominações e a que grupos sociais se referem.

No Brasil, o debate sobre a agricultura familiar ainda é recente e não possui contornos definidos. Entre os estudos publicados em português que deram impulso decisivo merecem ser citados os trabalhos de Veiga (1991), Abramovay (1992) e de Lamarche (1993, 1999). O maior mérito desses estudos talvez tenha sido o fato de terem revelado que a agricultura familiar é uma forma social reconhecida e legitimada na maioria dos países desenvolvidos, nos quais a estrutura agrária é majoritariamente composta por explorações nas quais o trabalho da família assume uma importância decisiva. Essa “descoberta” foi fundamental não apenas por ter difundido entre os estudiosos brasileiros a noção de agricultura familiar, mas, sobretudo, por ter operado um deslocamento teórico e analítico decisivo na sociologia dos estudos rurais e agrários, cujas preocupações, até então, giravam em torno da discussão do caráter capitalista, tradicional ou moderno, das relações sociais predominantes na agricultura.⁵

O que importa ressaltar, contudo, não é o caráter e as interpretações que esses fenômenos vêm recebendo, mas o próprio reconhecimento da temática da agricultura familiar e dos temas ligados a ela, como é o caso da pluriatividade. Embora incipientes, os estudos específicos sobre a pluriatividade das famílias rurais e do crescimento das atividades não-agrícolas no espaço rural parecem estar descortinando dimensões sociais, econômicas e culturais que ganham proeminência na estrutura agrária brasileira. Ao mesmo tempo, alguns desses trabalhos estão postulando a hipótese de que a pluriatividade e as atividades não-agrícolas que ocorrem no meio rural podem estar contribuindo para que a forma familiar de organização do trabalho e da produção vislumbre novos mecanismos de garantia de sua reprodução material e, até mesmo, a ampliação de sua importância na estrutura social.

Ao se retomar a bibliografia brasileira recente sobre os processos sociais rurais e agrários percebe-se que a incorporação da expressão agricultura familiar ganhou projeção somente a partir do final dos anos oitenta e, sobretudo, a partir da primeira metade da década de 1990. A emergência da expressão agricultura familiar na literatura brasileira parece ocorrer, quase simultaneamente, em duas esferas distintas, no início da década de 1990. De um lado, no campo

⁵ Prova disso é que a tradução de *family farm*, durante muito tempo, esteve incorporada no vocabulário dos estudiosos da Sociologia Rural como sinônimo de uma determinada categoria de agricultores, definidos como *farmers*. Para maiores detalhes, ver Loureiro (1987) e Lovisoló (1989), entre outros.

político, a adoção da expressão parece estar relacionada aos embates que os movimentos sociais, especialmente o sindicalismo rural ligado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), tiveram nas discussões acerca do espaço e o papel dos pequenos produtores rurais, especialmente os da região Sul do Brasil, no processo de integração comercial e econômica dos países que formam o Mercosul e, de outro, por intermédio de alguns trabalhos acadêmicos que passaram a buscar novos referenciais teóricos e analíticos, no referido período, e que introduziram a expressão.

O processo de integração dos países da região do cone sul da América Latina iniciou-se ainda no final da década de 1980 e culminou com a assinatura do Tratado de Assunção, em 1991. A partir deste tratado, foram estabelecidos vários acordos multilaterais, com o objetivo de ampliar a integração econômica e comercial entre o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai. Em razão das feições aparentemente excludentes desse processo, pois a real participação das organizações de pequenos agricultores estava virtualmente vedada, a expressão agricultura familiar surge como uma noção de convergência e unificadora dos interesses dos pequenos proprietários rurais que se julgavam não apenas preteridos politicamente da integração, mas afetados economicamente, uma vez que a abertura comercial ameaçava determinados setores da agricultura brasileira em razão das diferenças de competitividade de seus produtos. Além disso, a consolidação do Mercosul forçou as organizações de pequenos produtores a buscarem inspiração na formação de outros blocos (sobretudo o processo que levou à formação da União Européia), o que trouxe à tona um grande conjunto de informações sobre políticas para os agricultores familiares.

Como forma de unificar o discurso oposicionista, as entidades de representação dos agricultores que poderiam ser afetados pelas consequências da integração comercial e econômica, na época ainda desconhecidas, lançaram um discurso político que propugnava a proteção social, política e econômica dos agricultores familiares.⁶ Embora as ações empreendidas pelo movimento sindical tenham produzido resultados bastante fragmentados e de pouca repercussão política, pode-se afirmar que esse movimento constitui-se em marco decisivo para unificação do discurso em defesa dos interesses dos agricul-

⁶ Durante esse período as principais propostas dos movimentos sociais de agricultores giravam em torno da idéia de “reconversão e reestruturação”. Segundo Ilgenfritz da Silva e Braatz (1993, p. 4), a reconversão implica “[...]um processo de reestruturação competitiva de uma economia, de um setor, de um ramo de atividade, ou de uma unidade de produção, tornada mais vulnerável devido à integração ou à abertura de mercados. O termo reconversão está relacionado a modificações e redirecionamentos induzidos e/ou conseqüentes das mudanças estruturais dos mercados. Estas mudanças são originárias de três situações básicas: a) a abertura crescente e gradativa do mercado; b) a formação de blocos econômicos e; c) a modificação das relações de produção/mercados”.

tores familiares. Formou-se, portanto, uma nova categoria política que passou a congregiar o conjunto dos pequenos proprietários rurais, os assentados, os arrendatários e os agricultores integrados às agroindústrias, entre outros. Através da noção de agricultura familiar, esses agricultores passaram a constituir uma nova identidade política e a orientar, de maneira distinta, as lutas sociais do movimento sindical rural, tal como expresso nos documentos mais recentes dessas entidades.

A partir da unificação do discurso político, os sindicatos e movimentos sociais do campo passaram a se identificar com a noção de agricultura familiar que, na verdade, congregava uma miríade de categorias sociais unificadas sob uma mesma denominação. Assim, as entidades de representação política dos pequenos agricultores vislumbraram a demarcação de uma base social numericamente bem mais extensa, o que ofereceria a possibilidade concreta de afirmação e ampliação de sua legitimidade política. Além disso, a legitimação crescente da noção agricultura familiar junto aos movimentos sociais também pode ser atribuída ao próprio enfraquecimento de outras denominações que eram usadas até então, como a de “trabalhador rural” ou “pequenos proprietários”.

Assim, a adoção da expressão “agricultor familiar” parece ter sido encaminhada como uma nova categoria-síntese pelos movimentos sociais do campo, capitaneados pelo sindicalismo rural ligado à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), cuja expressão política havia se fragilizado ao longo da década de 1980. Em meados dos anos noventa assistiu-se a uma verdadeira efervescência desses movimentos, que produziram, inclusive, formas de manifestação política que perduram até hoje, como é o caso dos eventos anuais em torno do “Grito da Terra”. Em face dos desafios que o sindicalismo rural enfrentava nessa época, tais como os impactos da abertura comercial, a falta de crédito agrícola e a queda dos preços dos principais produtos agrícolas de exportação, a incorporação e afirmação da noção de agricultura familiar mostrou-se capaz de oferecer guarida a um conjunto de categorias sociais, como os assentados, arrendatários, parceiros, integrados à agroindústrias, entre outros, que não mais podiam ser confortavelmente identificados com as noções de pequenos produtores ou simplesmente trabalhadores rurais.

Além disso, a afirmação da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro está relacionada à legitimação que o Estado lhe emprestou ao criar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996. Este programa, que em larga medida foi formulado como resposta às pressões do movimento sindical rural realizadas desde o início da década de 1990, nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que vinham sendo aliados das políticas

públicas ao longo da década de 1980 e encontravam sérias dificuldades de se manter na atividade. A partir do surgimento do PRONAF, o sindicalismo rural brasileiro, sobretudo aquele localizado nas regiões Sul e Nordeste, passou a reforçar a defesa de propostas que vislumbram o compromisso cada vez mais sólido do Estado com uma categoria social considerada *específica e que necessitava de políticas públicas diferenciadas* (juros menores, apoio institucional, etc.).

A segunda esfera, decisiva para consolidação da expressão agricultura familiar, refere-se ao pensamento acadêmico, especialmente das Ciências Sociais. Nesse caso, não se trata apenas de citar os autores e trabalhos que mais contribuíram para afirmação da agricultura familiar. Em primeiro lugar, é preciso indagar-se sobre as razões desse retardamento ou resistência à utilização da noção de agricultura familiar para caracterizar os grupos sociais com pequenas extensões de terra e que utilizam fundamentalmente o trabalho da família na execução dos processos produtivos.

Mesmo sem querer alongar em demasia uma resposta a esse questionamento, é preciso retornar à tradição dos estudos rurais produzidos pelas Ciências Sociais brasileiras nas últimas décadas. Esse parece ser o caso da noção de agricultura familiar, pois, embora alguns autores tenham utilizado a expressão em seus trabalhos, essa categoria jamais teve estatuto e significado semelhante à noção de *family farming* como nos Estados Unidos ou de *exploitation familiale* como na França. No Brasil, o que parece ter retardado e até mesmo impedido que a noção agricultura familiar ganhasse espaço no pensamento intelectual até o início da década de 1990 foi, de fato, o peso que as interpretações marxistas clássicas exerciam sobre os estudiosos do mundo rural, desde as últimas três décadas.

Excetuando-se os trabalhos realizados no âmbito dos “estudos de comunidade” (aí incluindo-se os trabalhos sobre o messianismo) e daqueles inspirados pela *diffusion research* (difusão das inovações, migrações, adaptação de tecnologias, etc.) conduzidos por autores referenciais como Maria Isaura Pereira de Queiroz, no primeiro caso, e as pesquisas desenvolvidas em Programas de Pós-Graduação de orientação funcionalista da década de 1970 (IEPE/UFRGS, ESALQ/USP-Piracicaba, etc.), torna-se difícil arrolar uma produção sociológica sobre o rural que não tenha comungado com aquelas fontes teóricas. Não se trata aqui de diminuir a relevância da produção sociológica brasileira realizada fora do escopo do marxismo clássico, como, por exemplo, aquela inspirada no funcionalismo e na *Rural Sociology* norte-americana. O fato é que a contribuição dessas vertentes teóricas foi pouco profícua e influente no contexto brasileiro e significativamente inferior àquela de inspiração marxista.

Consultando-se algumas das principais revisões dos estudos rurais realizados no escopo das Ciências Sociais (e não apenas da Sociologia ou da Econo-

mia), como Wanderley (1994), Tavares dos Santos (1990), Porto e Siqueira (1994), Gnacarini e Moura (1983), Asesp/Cebrap (1983) e Leite (1989/90), não é difícil perceber a ausência da categoria agricultura familiar como conceito. Essas revisões mostram que, de meados dos anos cinquenta até o final da década de 1960, os estudiosos concentravam suas análises sobre a natureza das relações de produção no campo, reproduzindo, em grande parte, os argumentos clássicos do debate que, no marxismo, passou a ser a “questão agrária”. Não é nosso objetivo retomar as posições de Caio Prado Júnior, Alberto Passos Guimarães e Inácio Rangel, mas apenas lembrar que, embora seguidores de diferentes enfoques teóricos, para estes autores, os pequenos proprietários, os arrendatários, os parceiros e outras categorias sociais estavam abarcados na noção de campesinato. Os camponeses eram identificados com os diferentes tipos de minifúndios, uma categoria que expressava a oposição aos latifúndios e que podia ser encontrada na estrutura agrária brasileira. Portanto, antes de ser uma categoria analítica, a noção de campesinato estava fortemente impregnada de um conteúdo político e ideológico. As características que os camponeses assumiam em cada situação social, bem como sua explicação teórica, variavam desde a idéia de que eram “resquícios feudais” até a proposição de serem formas de “assalariamento disfarçado”. Tanto em um caso como no outro, restava apenas saber qual seria seu papel em uma sociedade com as feições do capitalismo brasileiro.

Na década de 1970, houve um deslocamento nesse debate e os proprietários de pequenos lotes de terra deixaram de ser identificados como “minifundiários” para tornarem-se “pequenos produtores”, denominação esta ressaltada à medida que crescia a capacidade do Estado, naqueles anos, de propor e executar políticas para essas categorias, então também chamadas de “produtores de baixa renda”. Esse redirecionamento, segundo Porto e Siqueira (1994), deveu-se às tentativas do Estado de fazer frente à proliferação de movimentos políticos identificados com o campesinato, como no caso das ligas camponesas do Nordeste e, ao mesmo tempo, à emergência de uma ideologia que pregava a modernização tecnológica desses estratos sociais, integrando-os ao processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. A utilização do termo “pequena produção” contribuiu, portanto, para criar uma outra conotação, menos politizada e estigmatizada do que a de campesinato.

Entretanto, a utilização do conceito de pequena produção não provocou o abandono da noção de campesinato. Nesse sentido, seguindo a interpretação de Porto e Siqueira (1994), pode-se afirmar que o conceito de pequena produção tinha um caráter operacional, sendo diretamente associado aos grupos estudados, ao passo que o de campesinato ainda guardava um sentido teórico, indicando as suas características genéricas, como a forma de funcionamento, o uso da força de trabalho e as formas de gestão das unidades focalizadas. Em razão disso, em muitos estudos, observa-se uma superposição entre essas duas noções. Mas, o que me-

rece ser ressaltado é que, nesse debate sobre a pequena produção e o campesinato, a influência do marxismo clássico revelou-se absolutamente dominante. Esse é particularmente o caso dos estudos sobre a “funcionalidade da pequena produção” no interior do capitalismo como Oliveira (1988), Martins (1975) e Graziano da Silva (1978), entre outros.

Certamente não se pode ignorar também que, a partir da segunda metade da década de 1970, surgiram no Brasil os primeiros estudos sobre camponeses e pequenos agricultores inspirados na “teoria da economia camponesa” proposta por Alexander Chayanov (1974, 1981). É o caso de trabalhos como os de Tavares dos Santos (1978), Heredia (1979) e Garcia Jr. (1983), entre outros. Contudo, embora esses trabalhos tivessem sido inovadores no sentido de transgredir de modo pioneiro as acomodadas fronteiras do marxismo clássico, sobretudo a sua vertente leninista, eles não romperam inteiramente com essa tradição. Assim, os camponeses analisados por Garcia Jr. e Heredia são descritos por sua relativa autonomia na forma de gestão da força de trabalho e do processo produtivo que se articula com o sistema econômico dominante. Por outro lado, o trabalho de Tavares dos Santos, além de demonstrar os mecanismos internos de gestão e funcionamento da economia camponesa, mostrou como esta se subordinava ao capital. Partilhando da idéia de que a relação dos pequenos produtores com o capital ocorria de forma subordinada, surgiram também outros trabalhos de referência obrigatória, como o de Wanderley (1985), embora deva-se enfatizar que esses autores não concordavam com a idéia de que os camponeses possuíam uma racionalidade particular ou caracterizavam-se por algum tipo de “especificidade”.

Já na década de 1980, frente ao rápido processo de transformação tecnológica da agricultura brasileira, acrescentaram-se ao conceito de “pequena produção” as noções de “integração” e “exclusão” (Porto e Siqueira, 1994). Integrados seriam aqueles produtores que conquistaram elos de ligação com as agroindústrias e os mercados consumidores. Pequenos produtores excluídos, por sua vez, eram aqueles que haviam sido alijados do processo de modernização conservadora, como os sem-terra, posseiros, atingidos por barragens, etc. Do ponto de vista teórico, essas novas categorias acabaram reforçando a matriz teórica marxista clássica, que explicava esses processos a partir da idéia de que o capitalismo expandia-se para o campo de modo indireto, subordinando os pequenos produtores à sua lógica econômica e provocando um intenso processo de diferenciação social. Nesse sentido, os complexos agroindustriais representariam o processo de integração e subordinação da agricultura à indústria.

Além desses trabalhos mencionados, merece igual destaque o estudo realizado por Kageyama e Bergamasco (1989, p.55-73), que utilizaram como critério de classificação das categorias sociais presentes na estrutura fundiária bra-

sileira a existência e magnitude do trabalho assalariado utilizado pelos estabelecimentos rurais. Esse trabalho representou um avanço significativo para as Ciências Sociais, porque apresentou, de forma pioneira, uma classificação da estrutura agrária brasileira, utilizando como critério a utilização de força de trabalho contratada ou, pelo contrário, a predominância do familiar. Dessa separação resultou a oposição entre estabelecimentos empresariais e familiares, idéia que se distanciou significativamente da polarização dos estabelecimentos rurais entre pequenos e grandes ou entre minifúndios e latifúndios, como na bibliografia mais antiga. Entre outras conclusões, o trabalho das autoras demonstrou que, na década de 1970, havia se formado na estrutura agrária brasileira um conjunto de estabelecimentos que eram pequenos em tamanho de área, mas que podiam ser classificados como empresariais, porque a maior parte da força de trabalho utilizada na propriedade era contratada. O que levou a afirmarem, textualmente, que “[...] as empresas familiares têm mais características comuns com as empresas capitalistas do que com os demais grupos familiares” (p. 63).

A partir desse trabalho, surgiram outras pesquisas cujo objetivo principal foi o de conhecer, de modo mais aprofundado, o caráter familiar dos estabelecimentos agrícolas e as formas de funcionamento dessas unidades (Lamarche, 1993, 1994—recentemente traduzido, 1999).⁷ Mais recentemente, já na década de 1990, uma pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), cujo objetivo principal era estabelecer as diretrizes para um “modelo de desenvolvimento sustentável”, sugeriu uma outra forma de classificação dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, separando-os entre dois modelos: “patronal” e “familiar”. Os primeiros teriam como característica a completa separação entre gestão e trabalho, a organização descentralizada, a ênfase na especialização produtiva e em práticas agrícolas padronizáveis, o uso predominante do trabalho assalariado e a adoção de tecnologias dirigidas à eliminação das decisões “de terreno” e “de momento” (intuitivas ou de senso comum). Já o modelo familiar teria como característica a relação íntima entre trabalho e gestão, a direção do processo produtivo conduzido pelos proprietários, a ênfase na diversificação produtiva e na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida, a utilização do trabalho assalariado em caráter complementar e a tomada de decisões imediatas, ligadas ao alto grau de previsibilidade do processo produtivo (FAO/INCRA, 1994, p. 2). Os estabelecimentos familiares foram ainda separados em três subcategorias: famili-

⁷ A pesquisa coordenada por Hugues Lamarche constitui-se em um estudo internacional comparado, no qual o Brasil era apenas um dos países investigados (os outros foram Canadá, França, Tunísia e Polônia). Pelo lado brasileiro, participaram do projeto os pesquisadores Anita Brumer (UFRGS), Maria de Nazareth Wanderley e Fernando Lourenço (Unicamp) e Ghislene Duqué (UFPb).

ar consolidada, familiar em transição e familiar periférica. Essa tipologia constituiu-se em suporte fundamental à principal política pública do Estado brasileiro de apoio direto aos chamados agricultores familiares e inspirou, posteriormente, vários trabalhos e estudos, entre os quais pode-se destacar Veiga (1995, 1996) e Bittencourt e Bianchini (1995).

A partir dessa breve revisão, é possível, portanto, indicar algumas das razões que talvez expliquem por que a noção de agricultura familiar não encontrou espaço para desenvolver-se no ambiente acadêmico brasileiro, senão apenas a partir de meados da década de 1990. No Brasil, ao contrário do que ocorreu com a Sociologia de inspiração marxista nos países desenvolvidos, os estudiosos do mundo rural permaneceram, até recentemente, apegados à discussão sobre o sentido e o significado da “questão agrária brasileira”. Entre as razões que podem ajudar a compreender essa trajetória está a hipótese apresentada por Konder (1988), que argumenta que no Brasil o marxismo somente foi incorporado ao pensamento acadêmico e sociológico a partir da década de 1950, depois de seu longo flerte com militantes e partidos políticos de esquerda, particularmente o PCB (também chamado carinhosamente de “partidão” pelos seus militantes). Esse itinerário pode, provavelmente, contribuir para se entender o forte apego de autores marxistas, identificados com a esquerda, como Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Júnior (somente para citar os mais conhecidos), que são referência obrigatória nos estudos agrários nacionais, ao debate em torno do tema das características feudais ou capitalistas das relações sociais vigentes no campo.⁸

Conforme ressaltado em outro trabalho (Asesp/Cebrap, 1983), para esses estudiosos a questão agrária brasileira era tratada como um tema exclusivamente político e ideológico, no qual conhecer a natureza e as características das relações sociais de produção tinha por objetivo prioritário entender o “potencial revolucionário” dos grupos sociais rurais e de seu papel na luta de classes. Nesse sentido, o enfoque teórico perseguido pelos pesquisadores brasileiros inspirou-se fortemente em textos como “O Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte”, de Marx, “O Problema Camponês na França e na Alemanha”, de Engels, e, sobretudo, os textos de Lênin e Kautsky. Conforme já mencionado por Abramovay (1992), uma leitura cuidadosa desses textos revela que a preocupação fundamental de seus autores era política e não acadêmica. No geral, tentavam responder a questão se era ou não importante aos partidos de

⁸ Os recentes “artigos-depoimento” de Schwartz (1998) e Giannotti (1998) situam os temas em debate e o ambiente intelectual em que as discussões sobre a obra de Marx eram travadas em meados da década de 1950. Para maiores detalhes acerca do debate marxista brasileiro sobre a questão agrária, consultar Asesp/Cebrap (1983) e Kageyama (1993).

esquerda de então apostar nas alianças políticas e na capacidade revolucionária do campesinato.

Em razão disso, as categorias sociais que hoje são denominadas de agricultores familiares eram descritas na época por uma miríade de nomes, como sitiantes, colonos, parceiros, meeiros, foreiros, etc.; interpretados à luz de conceitos como “resquícios feudais”, “semi-proletários”, “assalariados a domicílio”, entre outros. Essa forma de compreender e explicar a natureza das relações sociais do campo, embora herdeira da tradição marxista clássica, impediu que o debate brasileiro sobre a questão agrária evoluísse e deslocasse seu enfoque para a contribuição propriamente epistemológica do marxismo à análise das transformações sociais, econômicas e culturais do mundo rural.

Afora essas limitações teóricas, impostas por uma determinada “leitura do marxismo” e do problema agrário, um dos raros estudiosos brasileiros que produziu uma crítica de natureza teórica às possibilidades de utilização do marxismo como referencial analítico para estudar o campesinato foi Abramovay (1992). A crítica deste autor ressalta um aspecto até então não considerado, afirmando que o problema do marxismo em relação à utilização dos conceitos de campesinato e mesmo de agricultura familiar é de natureza epistemológica. Por esta razão, vale a pena uma apreciação mais minuciosa de sua interpretação.

Ao demonstrar que a suposta dicotomia entre campesinato e agricultura familiar decorre muito mais das imposições teóricas dos paradigmas adotados pelos pesquisadores do que do ambiente empírico no qual essas formas sociais podem ser encontradas, Abramovay não apenas deu maior clareza ao objeto sociológico em questão (na forma de definir o objeto sociológico) como contribuiu decisivamente para sepultar, no interior das Ciências Sociais do Brasil, a falaciosa dicotomia em torno do caráter moderno/tradicional ou capitalista/camponês dos indivíduos que habitam e trabalham no espaço rural. Trazer ao conhecimento do público brasileiro a centralidade da forma familiar de produção, como característica principal da estrutura agrária dos países desenvolvidos, especialmente a partir do final da Segunda Guerra é, seguramente, um mérito inequívoco desse estudo.

A partir de cuidadosa análise, fundada em ampla bibliografia, sobre as contribuições teóricas dos “clássicos” do marxismo (Marx, Lênin e Kautsky), Abramovay ressalta que, para explicar a persistência do campesinato ou da agricultura familiar, no escopo desses referenciais, seria preciso recorrer não apenas à situação concreta em que esses analistas construíram suas obras como, também, entender seus referenciais epistemológicos. Assim, o autor concluiu que é um equívoco buscar uma explicação para essas categorias a partir de sua inserção na sociedade regida pela “lógica do capital”, porque, para o marxismo, sua existência

e reprodução sob o capitalismo seria impossível devido a uma incongruência de ordem conceitual e epistemológica:

É impossível encontrar na estrutura d'O Capital um *conceito* de camponês. Se, do ponto de vista marxista, é possível falar *conceitualmente* em classe operária e burguesia, campesinato é uma expressão que não encontra lugar definido no corpo de categorias que formam as leis básicas de desenvolvimento do capitalismo [...] A impossibilidade de definir claramente a natureza e a origem de seus rendimentos demonstra que o conceito de camponês n'O Capital é *logicamente* impossível. *A atividade produtiva que dá origem a sua reprodução não tem o estatuto de trabalho social* e é neste sentido que o campesinato só pode se constituir naquele grupo de *bárbaros* de que falava Marx. As duas únicas classes que possuem a universalidade de incorporar nelas mesmas os elementos básicos de organização da *sociabilidade contemporânea* são a burguesia e o proletariado. (Abramovay, 1992, p. 35-36. Grifos no original)

Em face dessa limitação epistemológica do marxismo, Abramovay indicará que a compreensão teórica do campesinato reside na utilização do arcabouço analítico legado pelos estudos que a antropologia fez sobre as “sociedades camponesas”. Já na introdução de seu trabalho, o autor aponta que a matriz analítica que julga pertinente à análise da produção familiar na agricultura pressupõe uma distinção entre o que é o campesinato e o que é a agricultura familiar. Somente com base nesta distinção é que se poderiam compreender as variadas formas de adaptação e inserção das unidades produtivas baseadas no trabalho familiar, tanto nas situações pretéritas como nas atuais:

A agricultura familiar é um fenômeno tão generalizado que não pode ser explicada pela herança histórica camponesa, de fato, em alguns casos existente: na verdade, o Estado foi determinante na moldagem da atual estrutura social do capitalismo agrário das nações centrais [...] Uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como *camponesa*. (Abramovay, 1992, p. 19 e 21 – grifos no original)

Na opinião do autor, os camponeses podem ser entendidos como sociedades parciais com uma cultura parcial, integrados de modo incompleto a mercados imperfeitos, representando um modo de vida caracterizado pela personalização dos vínculos sociais e pela ausência de uma contabilidade nas operações produtivas. Já os agricultores familiares, são altamente integra-

dos ao mercado, capazes de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais. Aquilo que era, antes de tudo, um modo de vida converteu-se numa profissão, numa forma de trabalho (Abramovay, 1992, p.22 e 127). Portanto, o que define o agricultor familiar moderno é o fato de ele estar inserido em uma sociedade na qual predominam relações capitalistas de produção e de troca. Assim, para Abramovay, a agricultura familiar, ao contrário do que pensavam os marxistas clássicos, ao invés de se decompor no processo de desenvolvimento do capitalismo, revela-se, na verdade, uma de suas características mais salientes.

Na segunda parte de seu livro, Abramovay apresenta farta argumentação para demonstrar as vantagens da agricultura familiar em cumprir o papel do abastecimento alimentar nas sociedades desenvolvidas. Seu objetivo principal é demonstrar que a produção familiar que se afirmou nesses países em nada se assemelha ao campesinato e tampouco à chamada pequena produção.⁹ Contudo, surge aí a interrogação maior, o que são estes agricultores familiares, a partir de que referencial teórico pode-se entender e explicar seu modo de reprodução?

A resposta de Abramovay a essas interrogações será relativamente paradoxal. De um lado, afirmará que a consolidação e a reprodução da agricultura familiar na estrutura agrária dos países desenvolvidos decorre fundamentalmente da intervenção do Estado e, de outro, que esta intervenção foi absolutamente indispensável, tendo em vista o caráter estratégico da segurança alimentar e, sobretudo, a base natural da qual continua a depender a produção agrícola. Essa resposta pode ser considerada paradoxal porque o próprio Abramovay utiliza-se de um recurso analítico do marxismo (que ele mesmo julgara incapaz para tal feito) para explicar a presença e sobrevivência dos agricultores familiares sob o capitalismo avançado. Esse recurso se sustenta na idéia de que as razões que explicam a persistência e o amplo predomínio da agricultura familiar na estrutura agrária dos países desenvolvidos devem-se ao fato de existir, nessas nações, um processo contínuo e estimulado de transferência das rendas da agricultura para o restante da sociedade através dos mecanismos de sustentação governamental dos preços. Esse procedimento interpretativo,

⁹ “O que se escamoteia sob o nome de pequena produção é o *abismo social* que separa camponeses de agricultores familiares – que vêm-se mostrando capazes não de sobreviver (porque não são resquícios de um passado em via mais ou menos de extinção), mas de forma a base fundamental do progresso técnico e do desenvolvimento do capitalismo na agricultura contemporânea [...]. Não se trata aqui, então, de explicar nada que se assemelhe à pequena produção, seja como sobrevivência do passado, seja enquanto setor capaz de realizar o jogo pelo qual o atraso técnico é supostamente compensado pelo fornecimento de trabalho abundante e sub-remunerado” (Abramovay, 1992, p. 211 e p. 213).

como se sabe, é tributário das análises do próprio Marx para explicar as razões da persistência dos pequenos proprietários parcelários no Livro III de *O Capital*.¹⁰

Para Abramovay, a consolidação da agricultura familiar na estrutura agrária dos países desenvolvidos, após a Segunda Guerra Mundial, pode ser atribuída à opção do Estado por uma forma social que apresentava as melhores condições de cumprir uma função estrutural importante no modelo fordista, que era auxiliar no barateamento do custo de reprodução social da força de trabalho.

Antes de fazer do produto agrícola base imediata de acumulação capitalista e extração de mais-valia, os países centrais imprimiram ao setor um papel ainda mais importante: o de permitir que, pela redução dos custos de reprodução da força de trabalho, os orçamentos domésticos dos assalariados pudessem consagrar-se crescentemente a bens não-alimentares e sobretudo duráveis. (Abramovay, 1992, p. 227)

Nesse sentido, para esse autor, a persistência e a afirmação da agricultura familiar nos países desenvolvidos não deve ser atribuída às suas especificidades endógenas ou à sua herança camponesa. Além do papel do Estado, o outro fator determinante para alavancar e afirmar a agricultura familiar (e que justifica e reforça a intervenção estatal) nos países desenvolvidos deriva das próprias “particularidades naturais da agricultura”, pois:

Operando com base em elementos *vivos*, a agricultura opõe obstáculos *intransponíveis* ao avanço da divisão do trabalho e por aí impede que o setor trilhe o rumo de outros segmentos econômicos no mundo contemporâneo. Enquanto depender de sua base biológica, a agricultura jamais será uma indústria. Esta limitação está na raiz da dificuldade que aí encontra a atuação de empreendimentos baseados no trabalho assalariado: o que é particular à agricultura não é a superioridade da produção familiar, mas, diferentemente dos outros setores da vida econômica, a inexistência nítida de vantagens decorrentes de tamanho das empresas repousando sobre o uso de assalariados. Isso não resulta de qualquer virtude da família enquanto agregado econômico e social, mas dos limites

¹⁰ “Embora pequeno capitalista, o único limite absoluto para ele é o *salário que paga a si mesmo* após deduzir os custos propriamente ditos. Enquanto o preço do produto o cobrir, cultivará a terra, e freqüentes vezes submetendo-se a salário reduzido, ao mínimo vital [...] Parte do trabalho excedente dos camponeses que lidam nas condições mais desfavoráveis é dada de graça à sociedade e não contribui para regular os preços de produção, nem para formar o valor em geral. Esse preço mais baixo, portanto, resulta da pobreza dos produtores e não da produtividade do trabalho” (Marx, 1890/1982, Livro III, Cap.47, p. 924).

que a natureza impõe ao avanço da divisão do trabalho e, portanto, da inexistência de industrialização na agricultura. (Abramovay, 1992 p. 247)

O que se pode extrair, como conclusão da obra *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*, que marca uma inflexão importante no debate sociológico brasileiro, é que a agricultura familiar, embora em alguns casos possa resultar da evolução das formas camponesas, se distingue dessa forma social pela sua inserção em um ambiente marcadamente capitalista. Em lhe sendo favorável esse ambiente, a agricultura familiar alcançará o cumprimento de uma série de requisitos, entre os quais fornecer alimentos baratos e de boa qualidade para a sociedade e reproduzir-se como uma forma social autônoma: nem capitalista, nem camponesa. Desse modo, para se saber quais as chances de sobrevivência dos agricultores familiares em sociedades capitalistas, é preciso compreender qual o seu papel e a posição que ocupam no “ambiente social e econômico” em que estão inseridos. Essa explicação, contudo, desconhece qualquer elemento endógeno, como, por exemplo, o papel da família ou do parentesco, como variável analítica para entender o funcionamento e a reprodução da agricultura familiar.

Em trabalho posterior, Abramovay parece ter percebido a necessidade de estabelecer uma definição conceitual mais objetiva da agricultura familiar, na qual reconhece a necessidade de considerar os elementos endógenos de funcionamento das unidades familiares, atribuindo-lhes, portanto, um papel muito mais destacado. Assim, em um trabalho de 1997, encontra-se a seguinte definição de agricultura familiar:

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas. (Abramovay, 1997, p. 3)

À exceção do conjunto da obra de Abramovay, pode-se dizer que no Brasil as Ciências Sociais ainda não trataram o tema da agricultura familiar com suficiente amadurecimento para que se possa extrair um referencial analítico

capaz de ajudar a elucidar, por exemplo, se a pluriatividade representa uma nova forma de agricultura familiar ou uma maneira diferenciada de garantia da reprodução social e econômica desses agricultores. Assim, em razão do interesse em estudar a pluriatividade sob a perspectiva da agricultura familiar e tentar colocar à prova as possibilidades de uso do referencial histórico e dialético na abordagem desse tema, acredita-se ser útil recorrer a outros autores e vertentes analíticas para mapear o estado da arte no que se refere ao debate contemporâneo em torno da agricultura familiar. Essa revisão se justifica no sentido de que a pluriatividade vem sendo apontada por vários estudiosos como uma das possíveis formas pelas quais as unidades familiares têm conseguido se reproduzir no campo.

1.3. A CONTRIBUIÇÃO DA SOCIOLOGIA DA AGRICULTURA

Para demonstrar como o debate brasileiro sobre a agricultura familiar permaneceu fortemente conformado por uma determinada vertente do pensamento marxista, especialmente aquela apegada à noção de diferenciação social, nesta seção são introduzidos alguns autores informados pelo pensamento social crítico que, no entanto, produziram um conjunto de interpretações distintas sobre a permanência das formas familiares na agricultura contemporânea.

A partir de um conjunto selecionado de trabalhos dos autores que retomaram o aporte marxista para estudar a agricultura e as relações sociais no campo a partir de meados da década de 1970, tentar-se-á demonstrar quais foram as interpretações que lançaram acerca da persistência da agricultura familiar no desenvolvimento capitalista. Entre tais autores, aqui denominados “neomarxistas”, encontramos os trabalhos de Susan Mann, Harriet Friedman, David Goodman, Claude Servolin e Henry Bernstein. Embora estes autores comunguem de uma mesma fonte de inspiração, os aportes teóricos propostos para analisar as formas familiares de produção na agricultura revelaram-se, por vezes, tão antagônicos que se torna difícil acreditar que todos foram influenciados pela mesma vertente teórica. Contudo, o que une essas diferentes perspectivas em torno de um mesmo enfoque teórico é a preocupação com a análise dos processos pelos quais o capitalismo penetra nas economias rurais, reestruturando a vida social e econômica dos indivíduos.

Antes de serem apresentados os principais argumentos teóricos e analíticos de cada autor sobre a agricultura familiar, cabe um breve comentário sobre o período histórico em que esses trabalhos foram escritos, o que talvez possa ajudar a explicar seu extraordinário impacto entre os estudiosos do mundo rural. Conforme se destacou em outro trabalho (Schneider, 1997), o debate sobre a

agricultura familiar no desenvolvimento capitalista do pós-guerra está relacionado à crise da *Rural Sociology* de inspiração estrutural-funcionalista, cujos impasses surgiram a partir de meados da década de 1970. Nos Estados Unidos, onde esse paradigma teórico ocupava o posto de principal ferramenta dos estudos de comunidades rurais, esta crise parece ter sido mais intensa do que na França, onde os estudos realizados sob os auspícios dessa abordagem das *collectivités villageoises*, lideradas por Henri Mendras, somente perderam a vitalidade a partir do final da década de 1970.

Nos Estados Unidos, a crise da *Rural Sociology* impulsionou a aglutinação institucional de pesquisadores alheios ao funcionalismo e abriu espaços para novas vertentes do pensamento sociológico. Nesse contexto, a abordagem marxista passou a receber inúmeras contribuições com o objetivo de produzir avanços teóricos que fossem capazes tanto de sair do escopo das análises inspiradas no Livro III de *O Capital* de Marx (e do “Dezoito de Brumário”) e da abordagem leninista quanto de apresentar alternativas ao funcionalismo. Nos Estados Unidos, esse processo resultou, mais tarde, na emergência da *Sociology of Agriculture*, da qual alguns dos autores anteriormente citados tornaram-se seus principais expoentes.

Em segundo lugar, na década de 1960 e boa parte dos anos setenta, a teoria social de inspiração marxista, pelo menos no âmbito acadêmico, sofria forte influência da concepção estruturalista, da qual Louis Althusser, Nicos Poulantzas, entre outros, eram expoentes. Embora a influência dessa escola francesa possa ser relativizada, pelo menos no que tange à sua recepção nos países de origem anglo-americana, não há como desconhecer sua incidência sobre os estudiosos marxistas que se dedicavam ao estudo de temas relacionados aos países do Terceiro Mundo. A vertente estruturalista do marxismo influenciou autores como André Gunder Frank, Samir Amin, Immanuel Wallerstein e outros, cujas análises sobre a expansão do capitalismo e das relações entre países e regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas constituíram-se no referencial analítico que passou a orientar a reflexão e as análises dos marxistas sobre o desenvolvimento capitalista. Esse arcabouço analítico inspirou vários estudiosos da agricultura e do mundo rural, que passaram a analisar de que modo determinadas formações sociais e econômicas, tais como os camponeses latino-americanos ou os agricultores familiares, apenas para citar duas, se inseriam na divisão social do trabalho e no modo capitalista de produção.

Nesse sentido, os trabalhos de Wallerstein sobre a internacionalização das relações econômicas, baseada na análise da dinâmica centro-periferia, influenciaram diretamente os trabalhos de Harriet Friedmann sobre a inserção dos agricultores familiares da América do Norte no sistema agro-alimentar internacional. Gunder Frank e Amin, por sua vez, defendiam a idéia de que havia uma re-

lação estrutural de dependência entre os países e regiões capitalistas desenvolvidas e as subdesenvolvidas. Essa leitura influenciou uma série de estudos que buscavam caracterizar essa dependência entre formações sociais diferentes que operavam dentro de um mesmo modo de produção. Muitos estudiosos da agricultura e do mundo rural de inspiração marxista se utilizaram dessa moldura analítica para mostrar como determinadas categorias sociais (camponeses, por exemplo) se inseriam de modo dependente, desigual, articulado e subordinado à dinâmica do modo de produção capitalista.

Em terceiro lugar, a partir de meados da década de 1960 os estudiosos da agricultura de inspiração marxista passaram a ser confrontados com uma abordagem inteiramente nova das formas familiares de organização da produção agrícola. A partir da primeira tradução para língua inglesa da obra de Alexander Chayanov, *The theory of peasant economics*, em 1966, os marxistas, especialmente os de inspiração leninista, passaram a ser fortemente questionados em relação às suas explicações acerca da persistência da agricultura familiar sob o capitalismo. Os efeitos da publicação da obra de Chayanov em inglês sobre os autores marxistas podem ser acompanhados pelo intenso debate que então se instaurou, cujos principais trabalhos foram publicados entre 1975 e 1980 na revista inglesa *Journal of Peasants Studies*. Frente a isso, alguns autores como Mann, Friedmann e Goodman, para citar alguns dos mais influentes, produziram vários trabalhos que se constituíram em avanços significativos para o estudo das formas familiares e das razões de sua persistência sob o capitalismo, sem fazer apelo ao reducionismo teórico vigente.

1.3.1. Os obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo na agricultura e a persistência das unidades familiares de produção: as teses de Mann e Goodman

Entre os estudiosos de tradição marxista que produziram inovações analíticas para explicar a persistência e a reprodução das formas de trabalho não tipicamente capitalistas na agricultura encontram-se as contribuições de Susan Mann e David Goodman. É claro que muitos de seus trabalhos foram produzidos em parceria com outros autores, mas uma análise mais aprofundada dessas contribuições logo revela o papel proeminente desses dois autores. Nos comentários que se seguem, serão apresentados seus pontos de concordância e de divergência e tentar-se-á demonstrar quais são os argumentos teóricos que permitem que ambos situem-se em um mesmo terreno metodológico que, no entanto, se desdobra em explicações distintas.

Para Mann e Goodman, as razões que explicam a persistência de formas sociais não-capitalistas ou familiares na agricultura devem ser buscadas nas especificidades que caracterizam a agricultura, sobretudo pelo fato de que a terra e a produção agrícola impõem obstáculos naturais (de ordem biológica), que acabam limitando a exploração capitalista dos recursos naturais. Em razão disso, argumentam os autores, o processo de produção agrícola distingue-se radicalmente dos demais processos produtivos nos quais os fatores e os meios de produção podem facilmente ser recriados de modo artificial (a comparação, nesse caso, é com as atividades industriais). Ou seja, Mann e Goodman concordam que todas as tentativas teóricas de explicar a dinâmica do desenvolvimento do capitalismo na agricultura a partir do estudo das relações sociais (isto é, mostrar se são do tipo assalariadas, camponesas, etc.) não foram bem-sucedidas porque partiram de um pressuposto equivocado de que a atividade agrícola e a atividade industrial (assim como as demais) possuiriam processos de produção semelhantes.

Susan Mann, em trabalho assinado em co-autoria com James Dickinson, foi a primeira a apresentar uma argumentação teórica para mostrar que a persistência das unidades familiares no capitalismo não se devia nem ao equívoco da teoria de Marx, nem à capacidade de auto-exploração do trabalho familiar, nem à aplicação da tecnologia *per se*, mas “[...] esta *anomalía* explica-se pela lógica e pela natureza do próprio capitalismo” (grifo no original).¹¹

A argumentação de Mann e Dickinson (1978, p. 471, grifo no original) se apoia diretamente em quatro aspectos da teoria de Marx: a) todos os argumentos estão ligados a teoria do valor; b) para Marx, segundo Mann e Dickinson, a “agricultura não é um todo monolítico” e ele próprio teria “chamado a atenção para a natureza peculiar de *certas* esferas da produção agrícola”; c) segundo os autores, Marx ressaltou que “o capitalismo é o modo de produção *dominante*, e, assim, é determinante”; d) conseqüentemente, a persistência da pequena produção agrícola deve ser desvendada não na dinâmica interna do trabalho familiar, mas nas necessidades da própria produção capitalista.

A partir da premissa, estabelecida por Marx, de que no capitalismo o valor de uma mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la, Mann e Dickinson enfatizam que a composição orgânica do capital ($c = cc + cv$, onde “c” simboliza o capital; “cc”, o capital constante e “cv”, o capital variável) indica que somente o trabalho vivo cria valor. O trabalho vivo, que é dado pela utilização da força de trabalho em um pro-

¹¹ Em seu livro mais recente, Mann (1990, Cap. 2) enfatiza seu débito com Ariel Contreras (1977), que teria sido o autor pioneiro a retomar a análise de Marx, exposta nos *Grundrisse*, sobre as barreiras naturais ao desenvolvimento do capitalismo na agricultura.

cesso produtivo, é essencialmente o tempo de trabalho necessário para produzir uma mercadoria qualquer. Entretanto, Mann e Dickinson destacam que o próprio Marx mostrou que esse tempo de trabalho pode ser diferente do tempo total necessário para a produção de uma mercadoria, porque “[...] nem todo o tempo em que o trabalho é mantido no processo de produção é necessariamente tempo de trabalho” (Marx citado por Mann e Dickinson, 1978, p. 471). Dessa premissa se depreende o núcleo da argumentação teórica dos autores, ao afirmarem que:

[...] a não-identidade entre o tempo de produção e o tempo de trabalho estabelece uma série de obstáculos à penetração capitalista em certas esferas da agricultura. Tal fato se torna claro quando observamos seu efeito na taxa de lucro, na utilização de capital constante e variável e nos processos de circulação e realização de valor. (p.473)

Segundo Mann e Dickinson, a diferença entre o tempo de trabalho e o tempo de produção das mercadorias na agricultura é facilmente observável em qualquer produto cultivado, pois em cada ciclo produtivo existe o período de preparo do solo, de plantio, de manejo e, por fim, de colheita, que são as fases da produção agrícola que requerem o uso de trabalho humano (ou por meio de equipamentos operados). Entretanto, esse tempo de trabalho efetivo é muito inferior ao tempo que cada cultivo necessita para seu desenvolvimento natural. O período em que as plantas e os animais estão sob os desígnios da própria natureza é um tempo de produção que o capital tem dificuldade de controlar integralmente, ainda que em certos cultivos ou criações ele tenha sido drasticamente reduzido, destacando-se os exemplos da criação de aves, suínos e hortifrutigrangeiros, entre outros.

Uma vez que o capital não consegue dominar integralmente o tempo de produção de uma determinada mercadoria, ele terá limitada a obtenção do lucro que achar aceitável por sua atuação naquela atividade, pois o fato de haver um *gap* entre o tempo de trabalho (capital variável) e o tempo de produção limitará a apropriação do valor-trabalho, que somente é gerado quando o trabalho vivo “entra em atividade”. Esses obstáculos naturais à redução do tempo de produção ao tempo de trabalho, conforme destacado por Mann, vão estabelecer limites à velocidade de apropriação de valor, pois o objetivo de obter a maior taxa de lucro em menor tempo possível estará entravado pelo tempo em que a natureza estiver realizando o seu papel no desenvolvimento de plantas e animais.

Além de não conseguir controlar ou sincronizar essas diferenças de tempo, na agricultura o capital também se defronta com a dificuldade de dominar

a circulação de mercadorias. Essa dificuldade reside no fato de que, após produzida, uma mercadoria agrícola qualquer entra no circuito comercial para ser trocada ou transformada de sua condição de “capital-mercadoria” em “capital-dinheiro”, que é a fase final da produção de mercadorias e sem a qual não há a realização do valor. Na agricultura, o que dificulta esse processo e lhe impõe limites é o fato de que muitas mercadorias agrícolas são perecíveis ou possuem um prazo determinado para seu consumo, período de tempo que, em alguns casos, é bastante restrito. Também nesse caso, o capital encontra-se perante um obstáculo, pois os custos de circulação das mercadorias ficam ao encargo do capitalista, seu proprietário até o momento da troca, e, uma vez que a mercadoria se deteriore ou se torne imprópria para o consumo antes que entre em circulação (via troca), o prejuízo é integralmente de quem detem sua propriedade.

Em razão disso, Mann e Dickinson afirmam que várias atividades agrícolas se tornam um empreendimento de alto risco para o capital, fazendo com que determinadas atividades que possuem um tempo de produção extremamente longo, tais como os empreendimentos florestais, por exemplo, venham a ser atividades que o Estado passa a assumir ou a estimular mediante subsídios aos produtores. Outro aspecto destacado como uma consequência desses obstáculos é o fato de que a presença de formas de trabalho temporário ou sazonal na agricultura podem ser igualmente explicadas por esses limites que a produção agrícola impõe à presença do capital.

Todas essas particularidades, segundo os autores, constituem-se em fatores que oferecem barreiras ao processo de rotação do capital (tanto na esfera da produção como da circulação) na agricultura, o que terá efeitos diretos sobre a obtenção da taxa de lucro. Em razão disso, o lucro obtido poderá ser menor que o esperado pelo capitalista, e até mesmo inferior que aquele que poderia ser obtido se investisse seus recursos em outra atividade. Portanto, a ausência das formas capitalistas usuais de produção na agricultura pode ser explicada pela pouca atratividade do capital por uma atividade em que a taxa de lucro tende a ser inferior àquela que poderia obter em outros domínios da produção capitalista. Nas palavras de Mann e Dickinson (p.478),

Ao contrário da indústria propriamente dita, onde o tempo de trabalho e o tempo de produção são mais ou menos coincidentes, em algumas áreas da agricultura a habilidade para manipular e variar o tempo de produção e o período de rotação é circunscrita pelas características naturais do objeto sendo produzido. Do ponto de vista do capitalismo, assim, tais considerações fazem com que certas áreas da produção agrícola sejam desestimulantes. Enquanto existirem constrangimentos objetivos, naturais, para a mani-

pulação social do tempo de produção, o capitalismo avaliará tais áreas como de alto risco e de alto custo de produção.¹²

Entretanto, conforme foi frisado pela própria autora em trabalhos posteriores (1987a, 1987b, 1990), essa abordagem necessita ser utilizada no escopo de uma “análise social e histórica”. O cerne da questão teórica de Mann não está na afirmação de que a responsabilidade pela persistência ou reprodução de formas não-capitalistas de trabalho na agricultura, especialmente as unidades familiares, deve-se aos obstáculos naturais impostos pela agricultura. Essa visão, segundo a autora, seria errônea, pois condicionaria o desenvolvimento do capitalismo a um determinismo natural. Para Mann e Dickinson,

[...] uma explicação baseada apenas na natureza não explica porque algumas esferas da agricultura se tornam capitalistas com relativa rapidez, enquanto outras esferas são caracterizadas por formas não-capitalistas. Em termos gerais, a inabilidade para controlar fatores naturais afeta todas as formas de produção agrícola, sejam empresas capitalistas, pequenas unidades de produção ou fazendas coletivas socialistas. Basear-se apenas na natureza é um argumento não histórico. Em contraste, Marx apresenta seus argumentos em termos da relação destes fatores naturais para as condições historicamente específicas exigidas pela produção capitalista. *O que surge então como barreira natural é somente uma barreira às formas capitalistas de produção.* (p.479, grifos nossos).

Assim, a persistência das formas familiares e não-capitalistas de produção na agricultura é explicada não pela sua dependência a formas mais complexas de exploração, mas, ao contrário, pela incapacidade do próprio capitalismo em superar, pelo menos até o presente, os limites naturais impostos pela produção agrícola (Mann, 1990, p. 33).¹³

Outro autor a apoiar-se no princípio de que no capitalismo a agricultura segue um rumo diferente do desenvolvimento industrial foi David Goodman. A questão central respondida por Goodman refere-se à *forma* pela qual o capitalismo se desenvolve na agricultura. Ao oferecer uma resposta a essa inda-

¹² No Brasil, os limites apontados por Mann e Dickinson para presença e expansão do capital na agricultura serviram de argumentos para Aidar e Perosa (1981), que demonstraram por que as unidades familiares seriam mais vantajosas para o capital agroindustrial. Nessa mesma linha, Nakano (1981) também enfatizou a debilidade do desenvolvimento capitalista da agricultura brasileira devido ao caráter oligopolizado dos capitais agroindustriais.

¹³ Após a publicação do artigo seminal, de 1978, pelo qual Susan Mann e James Dickinson tornaram-se conhecidos, houve inúmeras críticas à sua tese original. Entre essas, cabe destacar a crítica persistente que Patrick Mooney (1983, 1988) dirigiu à “tese de Mann-Dickinson”. Na opinião de Mooney, tal tese tinha basicamente dois problemas : um teórico e o outro de verificação empírica.

gação, Goodman também considera responder ao aparente enigma acerca das razões que explicam a persistência da agricultura familiar na estrutura agrária contemporânea.

Em seus diversos trabalhos, Goodman rejeita a crítica de que a permanência e a reprodução das formas não-capitalistas ou familiares na agricultura seja a prova definitiva de que a economia política marxista não serve para explicar os caminhos seguidos pelo desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Entre os autores neomarxistas, Goodman figura como um dos principais seguidores das teses desenvolvidas por Karl Kautsky, apresentadas no seu célebre livro intitulado *A questão agrária*.

Em mais de duas décadas de profícua e reconhecida produção acadêmica sobre a agricultura contemporânea e suas transformações, pode-se dizer que o cerne da abordagem teórica de Goodman está condensada no livro *From farming to biotechnology*, publicado originalmente em 1987 e traduzido no Brasil sob o título de *Da lavoura às biotecnologias*, em 1990. A tese defendida por Goodman tem a colaboração de John Wilkinson e Bernardo Sorj, dois renomados pesquisadores radicados no Brasil com os quais estabeleceu co-autoria em vários outros trabalhos (Goodman, Sorj e Wilkinson, 1985). Além desses, Goodman compartilhou vários de seus trabalhos com o cientista social inglês Michael Redclift, talvez seu principal colaborador, com vários trabalhos anteriores e posteriores à obra seminal de 1987.¹⁴

Na opinião de Goodman, Sorj e Wilkinson (1990, p.1), portanto, “[...] a chave para compreender o caráter único da agricultura não está nem na sua estrutura social nem na dotação de fatores. Ao contrário, a agricultura confronta o capitalismo com um processo de produção natural, que não permite a sua transformação em um ramo da produção industrial” Em razão da incapacidade de remover diretamente essas limitações através da criação de um processo de produção unificado, “os capitalistas industriais reagiram adaptando-se às especificidades da natureza na produção agrícola. Dentro dos limites mutáveis definidos pelo progresso técnico, elementos *discretos* do processo de produção têm sido conquistados pela indústria” (p.1). Essa conquista, segundo Goodman, Sorj e Wilkinson, se dá pela *apropriação*, que é um “[...] processo descontínuo porém persistente de eliminação de elementos discretos da produção agrícola, sua transformação em atividades agrícolas e sua reincorporação na agricultura sob a forma de insumos” e pela *substituição* dos alimentos agrícolas por produtos industriais, o que é “[...] igualmente um processo descontínuo, mas permanente, de alcançar a produção industrial de ali-

¹⁴ Entre esses trabalhos, cabe destacar Goodman e Redclift (1981, 1985, 1987, 1989 e 1991). Consulte-se também os recentes Goodman e Watts (1994, 1997).

mentos via, primeiro, a redução do produto agrícola a um insumo industrial e, depois, sua própria substituição por componentes não-agrícolas” (p.2).¹⁵

A partir desses dois conceitos básicos, os autores estabelecem uma linha de raciocínio que os coloca próximo aos pressupostos apresentados por Mann, pois seu argumento central está baseado na idéia de que a persistência das formas de produção familiares ou não-capitalistas se deve a um problema estrutural relacionado à própria natureza da produção capitalista. Segundo os mesmos,

Para o capital, a limitação principal não é a autonomia (limitada) do fazendeiro, ou proprietário/operador, mas sim a sua incapacidade de eliminar os riscos, incertezas e descontinuidades intrínsecos a um processo natural ou biológico de produção. O corolário é que o grau de controle sobre o produtor direto (e, portanto, sobre a “forma” de produção) é secundário, em relação à falta de controle sobre a base orgânica do processo produtivo. É esse obstáculo intravável à produção capitalista, essencialmente técnico, e não a existência do arrendamento e da moderna propriedade de terras, o que explica a dinâmica de longo prazo da substituição industrial. Portanto, a tendência não é a eliminação do arrendamento pelo enfraquecimento de sua base material. É, pelo contrário, a de se eliminar a base material da agricultura *em si* porque ela é incompatível com o processo de produção capitalista. (p. 140)

Nessa passagem, são apresentados com clareza os argumentos contrários às teses de Marx, apresentadas no Livro III de *O Capital*, no qual enfaticamente se afirma que a propriedade privada e a renda da terra que é cobrada para auferi-la é que se constituem em obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Nesse sentido, resgata-se assim a formulação original de Kautsky que afirmava que o capitalismo transformaria a agricultura através do progresso tecnológico, assim superando a própria barreira física da produção rural.

Essa avaliação do percurso seguido pelo capitalismo na agricultura, segundo Goodman e seus colegas, tem o objetivo de apresentar uma explicação histórica e dinâmica do processo de expansão das relações de produção capitalistas na agricultura. Ela permite que o debate marxista escape das infundáveis confusões decorrentes da utilização de noções como “formas de produ-

¹⁵ Em trabalho anterior, Goodman e Redclift (1981 e 1987) utilizaram-se dos conceitos de “subsunção formal e subsunção real”, retirados de Marx, para descrever as dificuldades do capital em apropriar-se integralmente do processo de produção capitalista e permitir a formação do valor. Em seu livro de 1987, os autores abandonaram essa perspectiva.

ção” e “relações de produção” para explicar a presença das categorias sociais que compõem o mundo rural (camponeses, pequenos proprietários e outros). A argumentação desses autores distancia-se dessa perspectiva e é crítica de outras interpretações de origem marxista que buscaram explicar a natureza do desenvolvimento capitalista no campo a partir da análise das relações sociais engendradas por esse processo. Para Goodman, Sorj e Wilkinson (1990, p. 137, aspas no original),

[...] a questão das relações sociais específicas nos campos não atinge o “coração” da matéria. O problema central, ao contrário disso, é a corrosão industrial do rural, sendo variáveis-chaves a natureza e o grau pelos quais os sistemas biológicos de produção são reproduzidos no contexto industrial [...] a “agricultura” representa atividades crescentemente residuais que resistiram à sua transformação em processos industriais. À medida que a apropriação e a substituição prosseguem, mudanças nas relações sociais na agricultura dependerão do grau com que as atividades rurais remanescentes poderiam ser organizadas para manter e reproduzir grupos sociais diferentes. As relações sociais rurais, mesmo reproduzidas pelo capitalismo, são permanentemente erodidas e reconstituídas a medida em que a tecnologia reproduz a natureza em um quadro industrial.

Nessas circunstâncias, são desenhados dois cenários futuros em torno dos quais se acredita que avançará o processo de desenvolvimento capitalista na agricultura e as estruturas sociais que lhe dão sustentação. O primeiro refere-se a um movimento acelerado em direção a sistemas de produção contínuos, com um declínio paralelo no número de produtores à medida que cresce a especialização, intensidade de capital e escala de produção. No segundo cenário, a dinâmica principal surge dos métodos modernos de processamento de alimentos e de matérias-primas, os quais serão reforçados pelos avanços da biotecnologia (p.158-159).

É nesse contexto que Goodman prevê a possibilidade de que a agricultura em tempo parcial venha a desenvolver-se mais intensamente, fazendo com que os agricultores sejam transformados em “arrendatários virtuais ou reais”, uma vez que boa parte das tarefas produtivas passe a ser realizada fora da propriedade por algum tipo de fornecedor. Segundo Goodman, “[...] o agricultor dará lugar ao ‘bioadministrador’ e a observação será substituída por *software*. A biotecnologia e as tecnologias da informação, portanto, andam de mãos dadas para criar um novo processo produtivo na agricultura” (p.163).

Embora se possa criticar a visão excessivamente fundamentada nos componentes tecnológicos do avanço dos processos produtivos agrícolas, não restam

dúvidas de que os argumentos apresentados possuem o rigor analítico necessário para instrumentalizar uma determinada explicação para os rumos que o desenvolvimento do capitalismo seguiu na agricultura e, especialmente, para o papel secundário que, na visão dos autores, desempenham as relações sociais, sobretudo aquelas relacionadas à forma familiar de produção.

1.3.2. As especificidades da agricultura familiar e a produção simples de mercadorias: as contribuições de Servolin e Friedmann

Na maior parte das nações em que o capitalismo alcançou um elevado grau de desenvolvimento social e econômico, a agricultura repousa sobre a base de unidades produtivas nas quais a maior parte do trabalho provém da família. De modo geral, embora não por um mesmo caminho, foi a essa surpreendente constatação que chegaram vários marxistas a partir década de 1970. Esse fato, revelado à luz do próprio processo de desenvolvimento das forças produtivas ao longo do século XX, constituiu-se em grande desafio para a Sociologia da Agricultura, pois não apenas estava em contradição com a generalização das relações de assalariamento no campo, à semelhança do que se passava na indústria, esboçada por Marx em vários escritos, como também não revelava indícios de que os prognósticos de Lênin sobre a diferenciação social se instaurariam nos campos da Europa Ocidental. A questão com a qual passaram a se defrontar os marxistas, portanto, foi a seguinte: como o marxismo poderia retomar seu poder analítico e explicar o fato de que justamente nos países capitalistas mais avançados a agricultura permanecia sob a base do trabalho familiar?

Foi essa preocupação central que motivou alguns autores neomarxistas a buscar novos enfoques para demonstrar a pertinência do marxismo em responder a essas formulações. Esses autores acreditam que a análise das relações sociais (de trabalho e de produção) constitui-se no aspecto central para compreender os processos de “mercantilização” (*commoditization*) que se estabelecem em ambientes sociais e econômicos nos quais predominam as relações capitalistas.¹⁶ Em razão disso, alteram-se as formas usuais de reprodução social, que passam a ser mediadas pelo mercado, fazendo com que esses grupos sociais sejam submetidos a mudanças profundas. Outra característica desse grupo de autores é seu afastamento da abordagem de Lênin, que exercia forte influência nesse período. Por outro lado,

¹⁶ Na literatura internacional, a coletânea organizada por Long, Van der Ploeg, Curtin e Box (1986) tornou-se a principal obra de referência. Entretanto, uma análise detalhada desse trabalho revela que as idéias principais desse “debate” são inspiradas por Bernstein e Friedmann, que serão analisadas logo a seguir.

não se pode esquecer que fatores alheios à vontade individual desses autores pioneiros, típicos de uma era, também influenciaram um ambiente mais aberto ao debate, com a “desestalinização”, o relaxamento do antigo controle dos partidos comunistas sobre o pensamento científico e a sedução que o ambiente acadêmico tinha pelas idéias contestatórias. Maio de 1968, em Paris, ou as lutas pelos direitos civis nos Estados Unidos, entre tantos outros eventos da época, formaram o contexto privilegiado para inovações e deslocamentos teóricos no interior da tradição marxista.

É neste contexto que, em 1972, surge o trabalho *L'absortion de l'agriculture dans le mode de production capitaliste*, de Claude Servolin. Foi o primeiro autor a formular com pretensão analítica o conceito de produção simples de mercadorias, a partir da idéia de que no capitalismo a agricultura comportava-se como um “modo de produção específico”. Talvez não seja possível estabelecer uma relação direta dos trabalhos de Servolin com aqueles produzidos na literatura neomarxista de língua inglesa, como os de Henry Bernstein e Harriet Friedmann. Servolin apoia suas principais formulações teóricas nas idéias de Althusser e rejeita a abordagem funcional-estrutural dos estudos do campesinato francês, liderados por Henry Mendras. Para ele, a produção mercantil simples deveria ser entendida como um modo de produção pré-capitalista que se *articulava* com o modo de produção capitalista mais amplo. Essa articulação entre modos de produção ocorreria através das trocas de mercadorias entre os pequenos agricultores e a economia de mercado, intermediadas pelas agroindústrias (Servolin, 1972, p.55). Essa coexistência interessaria ao capital, especialmente o de base urbano-industrial, porque os preços dos alimentos que abasteciam a classe trabalhadora tenderiam a permanecer baixos, o que permitiria a estabilização dos preços dos bens de consumo e a manutenção do poder de compra dos salários. Por outro lado, essa situação também interessaria ao Estado porque garantiria estabilidade econômica e progresso material à sociedade, além de dividendos políticos à classe dirigente. Por fim, esse modelo interessava, obviamente, aos agricultores, que passariam a garantir rendas cada vez maiores, em grande parte devido aos ganhos de produtividade obtidos, graças aos incrementos tecnológicos constantes.

Para Servolin (1989), a produção simples de mercadorias possuía vantagens comparativas em relação à produção capitalista, porque o agricultor familiar utiliza gratuitamente a força de trabalho de sua família, pois não se auto-atribui salário fixo e não contabiliza seu tempo de trabalho com a precisão de um capitalista, o que faz com que o preço de seu produto seja infinitamente inferior ao praticado por uma empresa capitalista. Em um contexto no qual o Estado investe e subsidia o progresso tecnológico dos agricultores, a produtividade tende a aumentar e um número cada vez menor de agricultores produz

volumes proporcionalmente maiores de alimentos. Nesse caso, os agricultores menos competitivos acabam sendo forçados a sair da atividade agrícola e *absorvidos* pelo modo de produção dominante, em outros setores econômicos.

Embora pioneiro, o debate sociológico marxista na França, em torno da explicação das razões da persistência da agricultura familiar sob o capitalismo não parece ter sido tão profícuo quanto o que foi praticado entre os pesquisadores de língua inglesa, especialmente britânicos. A partir da década de 1970, na Inglaterra e nos Estados Unidos, observa-se a emergência de várias abordagens novas, embora ligadas ao tronco comum do marxismo. Em parte, isso pode ser atribuído à reação de muitos estudiosos à tradução da obra fundamental de Chayanov, em 1966, para o inglês. Boa parte dos neomarxistas permaneceu fiel aos clássicos e rejeitou qualquer estatuto teórico e conceitual específico do campesinato (Ennew, Hirst e Tribe, 1977). Entretanto, outros não se limitaram a repetir os argumentos usuais e buscaram avançar teoricamente e responder ao desafio da persistência das formas familiares na agricultura. Esse foi o caso, por exemplo, de Harriet Friedmann (1978a, 1978b), que além de rejeitar a noção de campesinato, sugeriu a utilização do conceito de produção simples de mercadorias para explicar a dinâmica de reprodução das formas familiares sob o regime capitalista.

A contribuição de Harriet Friedmann é referência obrigatória no debate neomarxista acerca do desenvolvimento do capitalismo na agricultura e do papel das formas familiares de trabalho. O principal mérito de sua contribuição reside no fato de ter (re)colocado no centro do debate teórico o conceito marxista de “produção simples de mercadorias”, utilizado originalmente por Marx para caracterizar as formas sociais que estão integradas apenas de modo parcial à divisão social do trabalho e aos circuitos de produção de valor, pois não conseguem realizar integralmente sua reprodução ampliada. Friedmann ganhou reconhecimento acadêmico pelo seu rigor teórico e metodológico, e especialmente por ter enfatizado que suas análises aplicavam-se à compreensão das formas familiares de produção que marcavam presença nas sociedades capitalistas avançadas.¹⁷

Ao contrário das teses que sustentam que a permanência das formas familiares de produção na agricultura devem-se às condições e aos obstáculos que a natureza impõe à penetração e desenvolvimento pleno do capitalismo na agricultura, Harriet Friedmann (1978a, 1978b) apresenta uma outra

¹⁷ Não se pode esquecer que no mesmo período em que Friedmann buscava compreender o que se passava nas sociedades desenvolvidas, um outro grupo de pesquisadores se propunha a entender como o capitalismo se relacionava com as formas sociais não capitalistas como as camponesas, em países subdesenvolvidos. Neste grupo pode-se destacar os trabalhos de De Janvry (1981) e Vergopoulos (1977), seguidos, no Brasil, por Wanderley (1985), entre outros.

interpretação sobre a presença e a reprodução das formas familiares de organização do trabalho e da produção na agricultura. A autora sustenta que a persistência das formas familiares de organização da produção e do trabalho não podem ser explicadas por sua associação à atividade agrícola (1986, p. 44). O que deve ser ressaltado, na sua opinião, não é o fato da agricultura ser uma atividade específica, mas porque em determinadas atividades econômicas, como no caso da agricultura, os processos produtivos se organizam com base em *relações sociais específicas*.

Para Friedmann, o que distingue a forma de atuação das empresas capitalistas na agricultura daquelas unidades produtivas que se organizam com base em trabalho familiar é a forma de organização do processo produtivo e as relações de parentesco. Nas unidades familiares, o trabalho é organizado com base em relações de parentesco e de gênero, porque é a própria família que trabalha, e a posse dos meios de produção não está separada de quem executa o trabalho. Nas unidades de produção capitalista, ao contrário, a força de trabalho é recrutada através do mercado de trabalho, via contrato de trabalho, à semelhança do que acontece com a aquisição das demais mercadorias necessárias ao processo produtivo. Já na produção mercantil simples os proprietários da força de trabalho e dos meios de produção encontram-se reunidos em uma única unidade e possuem relações de parentesco entre si, sendo, portanto, um tipo de combinação das formas anteriores.¹⁸ Contudo, além dessa diferença fundamental em relação à posse dos meios de produção (que no fundo diz respeito à situação de classe), o que faz a produção mercantil simples se diferenciar da produção mercantil capitalista *lato sensu* é o fato de que a última implica a obtenção de mais-valia e, portanto, a acumulação de capital, ao passo que a produção mercantil simples busca atender, prioritariamente, aos interesses de reprodução do núcleo familiar. Nos termos da autora,

¹⁸ Para um entendimento sobre os termos utilizados pela autora reproduz-se, a seguir, as definições para: *Forma de produção*, utilizado como unidade mínima de organização da produção, sendo que na agricultura corresponde à unidade produtiva. Cada forma de produção é caracterizada por relações sociais determinadas e por um conjunto próprio de técnicas, estabelecendo relações específicas com unidades mais abrangentes de organização social, tanto com a formação social na qual se encontram inseridas quanto, naqueles casos em que estas relações são mais amplas ou mais restritas do que a formação social, com mercados específicos. *Modo de produção*, em seu sentido mais amplo, caracteriza complexos institucionais dotados de especificidade histórica, abarcando aspectos políticos, ideológicos, bem como estritamente econômicos da organização social. *Reprodução* ocorre quando o ato de produção não apenas resulta em um produto, como o trigo, mas também recria a estrutura original de relações sociais de forma que o ato de produção possa ser repetido da mesma forma (Friedmann, 1978b, p. 555).

A condição básica para a reprodução da produção simples, portanto, é a contínua recriação da integridade da unidade familiar como uma unidade de produção e de consumo pessoal. As unidades familiares especializadas na produção de mercadorias são diferentes da produção capitalista na sua demanda interna de trabalho e na sua ausência estrutural de busca da mais-valia da produção. Essas diferenças estruturais afetam o significado da categoria renda no capitalismo, quando aplicadas às unidades familiares. A análise da produção familiar depende sobretudo da compreensão destas relações para se utilizar as categorias de renda de salários e lucro, que são, na perspectiva da reprodução, também categorias de custo. (1978b, p.559)

Para demonstrar empiricamente a validade desses pressupostos, Friedmann se propôs a aplicar em uma situação concreta a suposição que, segundo ela, deriva do próprio Marx, de que em determinadas situações o capitalismo poderia “coexistir” com formas sociais que realizam apenas a sua reprodução simples, o que não implicaria a formação de valor nem a acumulação de capital (especialmente a partir das discussões de Marx com Vera Zasulich sobre os desígnios da “comuna rural” e as especificidades da transição para o capitalismo na Rússia). Segundo Friedmann (1978a, p.72), Marx teria utilizado o conceito de produção simples de mercadorias “puramente como um constructo lógico” para explicar as situações históricas em que formas sociais de trabalho conseguiram garantir a sua reprodução social (ou em termos marxistas, obtinham o necessário para reproduzir-se enquanto força de trabalho) sem, no entanto, contribuir socialmente para a formação de valor. Essa forma de utilizar o conceito de reprodução simples de mercadorias foi considerada por Friedmann excessivamente abstrata e destituída de conteúdo histórico real. Para corroborar essa opinião, Friedmann afirma que em *O Capital* Marx teria utilizado o conceito de produção simples apenas com sentido heurístico para caracterizar uma fase hipotética e anterior à produção mercantil ampliada. Em razão disso, segundo a autora, era necessário empreender um esforço no sentido de que o conceito de produção simples de mercadorias permitisse abordar situações concretas em que não se verificava a inserção plena de determinadas formações sociais nos mecanismos de reprodução ampliada, tal como no caso dos agricultores familiares:

Este conceito deveria dar conta da lógica de reprodução da produção doméstica de mercadorias, analisando-a em seu contexto histórico. A reprodução de unidades mercantis familiares envolve a contínua reconstituição de uma conjunção aparentemente anômala de relações mercantis plenas que se estabelecem entre empresas, e de relações de parentesco desenvolvidas no interior destas empresas. Isto ocorre historicamente em mercados ple-

namente desenvolvidos, não apenas no que diz respeito à produção de mercadorias pela força de trabalho familiar, mas, também, no que se refere à terra, aos meios de produção, artigos de consumo pessoal, dinheiro e, o que é mais importante, à própria força de trabalho. (1978a, p.73)

Nesse sentido, Friedmann propõem uma releitura com base na observação das transformações da produção mundial de trigo entre o período de 1873 e 1935, analisando as formas de produção e reprodução das estruturas produtivas, das condições diferenciadas de produção entre países e o papel das intervenções do Estado que afetavam essas condições.¹⁹ Nesse período, ressalta a autora, não obstante as diferenças geográficas entre as várias regiões produtoras de trigo no mundo, ocorreu uma transformação fundamental na organização social da produção de trigo: as empresas que produziam trigo com base nas relações capitalistas, de assalariamento, foram suplantadas pelas empresas que produziam com base em relações familiares e de parentesco (1978b, p.548).²⁰ Friedmann verificou que no período posterior à Segunda Guerra Mundial a proporção de trabalhadores assalariados havia diminuído expressivamente na cultura do trigo, e em vários outros ramos agrícolas.

A autora ressaltou que, em uma situação em que os agricultores familiares operam como produtores simples de mercadorias, o recurso ao trabalho assalariado estaria diretamente associado ao ciclo de vida dos membros dessas unidades. Os agricultores contratam assalariados quando os membros ativos de suas famílias são em quantidade insuficiente (contribuindo para a reprodução geral da classe assalariada) ou podem eles mesmos se assalariarem fora de sua unidade para fazer frente a uma situação de dificuldade ou mesmo de ociosidade de força de trabalho (contribuindo, assim, para reproduzir as unidades familiares de produção mercantil simples). Por essa razão, para se compreender porque a integração aos mercados não implica o desaparecimento das unidades familiares é preciso considerar que esses agricultores atuam como produtores simples de mercadorias; ou seja, uma situação em que a propriedade dos meios de pro-

¹⁹ Seu estudo é ilustrado com a análise do caso de “Cass County”, localizado no Estado de North Dakota, definido por Friedmann (1978a, p. 73) como: “the heart of the specialized wheat production area of Nort American plains [...]”.

²⁰ “A emergência e a reprodução da produção simples de mercadorias de trigo nas últimas décadas do século XIX, e sua sobrevivência durante a crise de 1930, indica sua superioridade conjuntural sobre a produção capitalista. Esta superioridade deriva das condições técnicas que dirigem (governam) as taxas de terra e trabalho e das condições sociais que conduzem (*governing*) os custos de cada forma de produção dentro das formações sociais relevantes. As condições técnicas tornam a produção familiar viável. As condições sociais fazem sua competitividade ser superior em cada caso particular, mas a competição no mercado mundial faz estas condições serem sentidas pelo produtores mercantis de trigo em toda a parte” (1978b, p. 564).

dução continua intimamente relacionada às relações de parentesco. Ao contrário dos assalariados permanentes, que dificilmente conseguem reunir recursos suficientes para se tornarem proprietários de um pedaço de terra ou mesmo de máquinas e equipamentos, os agricultores familiares que atuam na condição de produtores simples de mercadorias têm acesso aos meios de produção e sua condição de proprietários pode ser modificada em decorrência das relações de parentesco, como no caso do casamento ou da herança.

A formulação teórica de Friedmann está assentada no pressuposto de que, no capitalismo, é preciso distinguir a produção mercantil em geral (*capitalist production*) da produção mercantil familiar ou produção doméstica (*household production*). Ambas podem conviver em um mesmo sistema social e econômico, mas não estão assentadas nos mesmos princípios e mecanismos de operação. Segundo Friedmann, embora diferentes em sua forma interna e estrutural de funcionamento, tanto a produção capitalista quanto a produção mercantil simples só podem operar em um ambiente em que estejam totalmente integradas ao mercado de produtos, de preços e de custos de produção (1978b, p. 549).²¹ Segundo a autora,

Desde que a produção capitalista e a produção simples de mercadorias estejam plenamente integradas aos mercados de produtos, eles formam as condições de reprodução que derivam do próprio comércio [...] Para além destas similaridades, bastante gerais, as condições específicas de reprodução dependem, inteiramente, das relações de produção. Empreendimentos organizados com base no trabalho assalariado ou com base no trabalho familiar possuem custos de produção estruturalmente diferenciados. Cada tipo de custo é determinado de uma maneira específica. Estas distintas fontes de determinação prestam-se, por sua vez, a níveis diferenciados de manipulação por parte do empreendimento [...] A reprodução de relações assalariadas ou de uma unidade doméstica mercantil depende, portanto, de conjuntos diferenciados de condições objetivas e subjetivas que são estruturalmente determinadas (p. 556).

²¹ Para Friedmann (p.548), “Produção capitalista, no sentido clássico em que é aqui utilizado, envolve duas classes, uma proprietária dos meios de produção e a outra de trabalhadores, ligadas por relações sociais de assalariamento, onde os primeiros compram a força de trabalho para operar seus meios de produção. Produção familiar (*household production*) envolve uma classe, que é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e fornece a força de trabalho para operá-los. As relações que se estabelecem entre os membros não são de assalariamento, mas de parentesco. Quando a produção familiar é especializada e competitiva e os meios de produção e os recursos para subsistência precisam ser comprados, configura-se a produção simples de mercadorias.”

Os mecanismos de relacionamento entre as “formas de produção” (familiar) e o “modo de produção” (capitalista) podem levar à reprodução ou à transformação social. A reprodução, segundo Friedmann, ocorre quando os resultados do ato de produção permitem recriar a estrutura original das relações sociais para repetir a produção de forma idêntica à anterior. Uma vez que essas condições estiverem comprometidas, ocorrerá a transformação para uma nova forma de produção, que reterá aspectos sociais e técnicos da forma anterior. O que importa reter, nesse resumo dos argumentos da autora, é o fato de que ao comparar a produção mercantil com a forma familiar de produzir, ela assenta nas relações sociais de produção o centro de seus argumentos para explicar as razões da persistência da agricultura familiar. Ou seja,

Como eu a defino, a produção simples de mercadorias refere-se à unidade entre propriedade e trabalho em uma economia caracterizada pela circulação geral de mercadorias e, portanto, pela separação entre capital e trabalho. Isto não se aplica a propriedades de trabalho familiar em formação sem o desenvolvimento de mercados de trabalho, de direito de propriedade e de capital, bem como de produtos. A característica principal da produção mercantil simples na agricultura é tipicamente o alto nível de tecnologia e investimento e um grande plano de concorrência, combinado com a divisão familiar do trabalho. (Friedmann, 1988, p.248)

Embora Friedmann considere que a abordagem de Chayanov seja equivocada e baseada em princípios neoclássicos, reconhece a pertinência de suas críticas acerca do uso inadequado de categorias da produção mercantil capitalista para tentar explicar as formas de produção familiares (1978b, p. 561; 1988, p.248).²² Além disso, embora não de modo explícito, apoia-se nas formulações chayanovianas para demonstrar que o processo de diferenciação intrafamiliar é uma variável-chave para compreender-se a dinâmica do funcionamento das unidades agrícolas familiares. Nesse sentido, o esforço de Friedmann pode ser considerado pioneiro, pois até então poucos autores de extração marxistas haviam ousado incorporar as relações de gênero, de poder patriarcal e o próprio ciclo de diferenciação etária das famílias como elemen-

²² Pode-se resumir a crítica de Friedmann (1988, p. 248) a Chayanov com a citação da seguinte passagem: “[...] seu enfoque na inter-relação econômica e demográfica nas unidades familiares, tanto entre e através das gerações, é indispensável. O argumento chayanoviano é consistente com a produção simples de mercadorias na definição das dimensões internas da unidade de produção como ausências da categoria de lucro e a flexibilidade dos custos do trabalho [...] Para usar suas idéias de modo crítico, é preciso ir além de Chayanov para compreender a família como um *locus* de desigualdade e dominação e uma arena de lutas”.

tos explicativos de sua maior capacidade de competição, em relação a outras formas sociais (1986, p.46-47).

Com efeito, Friedmann reconhece a existência dos fatores naturais que dificultam a presença do capitalismo na agricultura, mas está convencida de que eles não oferecem obstáculos capazes de impedir que as relações capitalistas de produção se desenvolvessem no setor agrícola. Segundo ela, a verdadeira razão para a persistência das formas familiares se deve ao fato de que, no modo de produção capitalista, existem formas sociais de produção que, por razões históricas, o capital não conseguiu subordinar inteiramente à sua dinâmica. Esse é particularmente o caso das formações sociais nas quais *ainda* não ocorreu a dissociação entre a propriedade dos meios de produção e a força de trabalho, como a agricultura familiar.

Em trabalhos mais recentes (1986, 1988), a autora pondera que é exatamente a capacidade da família adaptar-se a um conjunto diversificado de situações que lhe são impostas pelo ambiente no qual se encontram inseridas que permite sua flexibilidade de adaptação ou reação. Como exemplo, Friedmann cita o crescimento do número de unidades agrícolas familiares nas quais as mulheres passaram a trabalhar em tempo parcial ou integral fora da propriedade (fenômeno denominado de pluriatividade), quer seja para atender demandas econômicas da família e da propriedade ou para buscar atender outros objetivos, como o reconhecimento social, o acesso a seguridade previdenciária, etc. Independente de quais sejam os objetivos que movem as decisões familiares ou dos seus membros individualmente, segundo a autora, o que permite que esses indivíduos possam optar entre uma ou outra alternativa é o fato de serem proprietários dos seus meios de produção e serem governados por relações de parentesco.

Sobre essa característica repousaria a chave para explicar os mecanismos que sustentam a competição intercapitalista e conduzem à busca de escalas cada vez mais intensas para elevar a produtividade agrícola. Friedmann não desconhece o papel do progresso técnico nessa relação, que pode elevar a taxa de lucro e a forma de garantir a reprodução social. No entanto, ela se apóia em seu estudo de caso para afirmar que os produtores simples de mercadorias tendem a optar com maior frequência pela reprodução ampliada quando possuem filhos aos quais pretendem prestar ajuda para que se estabeleçam economicamente (1978a, p.88). Ou seja, as relações familiares e de parentesco são variáveis importantes a serem consideradas no processo de tomada de decisões dos agricultores, pois elas dão sentido e racionalidade às estratégias que os pais adotam visando ampliar os recursos e os bens disponíveis para deixar a seus filhos ou àqueles que seguirão com a propriedade.

Entre as críticas que foram dirigidas à perspectiva analítica de Friedmann, pode-se destacar a de Goodman e Redclift (1985), a qual gerou uma rápi-

da, porém interessante, polêmica entre os neomarxistas (Friedmann, 1986). As críticas de Goodman são ao mesmo tempo de cunho teórico e epistemológico. Em primeiro lugar, Goodman e Redclift rejeitaram o procedimento metodológico de Friedmann e afirmam que a autora substituiu a dialética pela utilização de tipos-ideais na sua análise da produção simples de mercadorias nos países avançados. Em segundo lugar, Goodman e Redclift discordam do conteúdo analítico do conceito de produção simples de mercadorias, afirmando que sua validade é apenas histórica e descritiva. Em razão disso, afirmam que há limites teóricos e empíricos para a utilização do conceito de produção simples de mercadorias.

Além disso, Goodman e Redclift apontaram outros três problemas na análise de Friedmann: o trabalho assalariado, a natureza da produção de mais-valia e as relações de classe. Primeiro, o confronto entre a base técnica e social da propriedade seria conjuntural, pois o uso de força de trabalho da família em lugar do trabalho assalariado somente ocorreria em certos momentos do ciclo demográfico da unidade familiar (quando os filhos já estão em idade de trabalhar e fazem parte da família). Para Goodman e Redclift, essa situação é excepcional, porque nos demais períodos as famílias seriam estruturalmente levadas a contratar assalariados para garantir sua reprodução, aspecto que teria sido negligenciado por Friedmann em razão de sua opção pelo uso heurístico do tipo-ideal. A segunda crítica relaciona-se à ausência de mais-valia na produção simples de mercadorias. Para Goodman e Redclift, é impossível que as famílias busquem somente a reprodução simples como seu principal objetivo (para Friedmann a reprodução ampliada se dá por motivações demográficas e culturais), porque esse pressuposto desconsidera a depreciação técnico-produtiva dos meios de produção e o próprio nível socialmente aceitável de renda das famílias que vivem em um ambiente da competição intercapitalista. Em decorrência dos dois problemas anteriores, Goodman e Redclift rejeitam a especificidade das formas sociais chamadas de produção simples de mercadorias, porque em um ambiente onde predomina a competição capitalista o uso do trabalho assalariado regular seria condição *sine qua non* para obter uma taxa de lucro e gerar as condições de reprodução da atividade (sobretudo para acompanhar o progresso tecnológico). Nessa situação, o uso permanente de trabalho contratado torna-se um pré-requisito estrutural, levando à separação entre trabalho e capital e permitindo, portanto, a exploração da mais-valia, esvanecendo-se, portanto, a especificidade da produção simples de mercadorias defendida por Friedmann. Para Goodman e Redclift, a questão central não está no fato do agricultor ser dono dos meios de produção e trabalhador ao mesmo tempo, mas na forma como ele usa o trabalho. Assim, a relação entre o dono dos meios de produção e

os empregados pode ser de paternalismo, escondendo o que de fato é uma relação de exploração, portanto de classe.

Essas críticas reproduzem não apenas o debate entre esses dois autores, mas o confronto de perspectivas analíticas que serviram de instrumental de análise para os estudiosos da agricultura e do mundo rural nas décadas recentes, razão pela qual parece justificar-se sua apresentação nesse trabalho. A reação de Friedmann às críticas de Goodman e Redclift é bastante objetiva e caracteriza-se por sua rejeição *in totum* aos argumentos dos oponentes. Para Friedmann (1986, p.189), “[...] a principal divergência com Goodman e Redclift é se é o setor produtivo ou a estrutura familiar a chave para compreender as relações sociais da agricultura”. A autora opõe-se ao que chama de reducionismo de seus críticos que, segundo ela, restringem a complexidade da sociedade capitalista a uma falsa homogeneidade: a dependência ou não das relações de assalariamento. Além disso, rejeita a crítica de que falta conteúdo analítico ao conceito de produção simples de mercadorias e que tenha cometido equívocos na sua referência a casos empíricos. Entretanto, ressalta que não considera o progresso tecnológico como acidental, mas que, ao contrário de seus críticos, apenas o percebe como uma das características e “[...] não concorda que a agricultura está ligada unicamente à natureza, terra e espaço” (p.190).

1.4. ANÁLISES TEÓRICAS RECENTES SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR: O MODELO DE LAMARCHE E O DE GASSON E ERRINGTON

Além dos referenciais claramente identificados com a abordagem da Sociologia da Agricultura neomarxista, o estudo da agricultura familiar e das suas estratégias de reprodução social sob o capitalismo também foi analisado por outras perspectivas teóricas, cuja importância para o conhecimento sociológico não pode ser ignorada. Em razão do reconhecimento que alcançaram entre os estudiosos, a seguir são tecidas algumas considerações meramente introdutórias sobre duas dessas abordagens alternativas, cuja principal característica é operar com base na construção de modelos de análise para interpretar a agricultura familiar.

Uma dessas interpretações alternativas que exerce considerável influência sobre os estudiosos brasileiros das formas familiares na agricultura é a proposta analítica desenvolvida por Hugues Lamarche (1993, 1999). Lamarche é atualmente um influente pesquisador das temáticas ligadas à agricultura familiar e suas transformações em sociedades européias, inclusive do Leste Europeu. Também não é demais lembrar que se trata de um dos seguidores da

tradição iniciada por Henry Mendras, sendo, talvez o principal herdeiro de seu modelo de análise das sociedades camponesas e dos agricultores familiares na França.

Ao contrário das monografias de *village*, utilizadas por Mendras para descrever o funcionamento das sociedades camponesas nas décadas de 1950 e 1960, Lamarche sugere que o elemento essencial para análise da *exploitation familiale agricole* é o “enfoque tipológico”, cujo objetivo deve ser o de “[...] analisar essas unidades familiares em seu conjunto, tendo em vista as diversas entidades que a estruturam. Compreender seu funcionamento significa colocar em evidência as diferentes lógicas em função das quais o agricultor determina suas escolhas individuais” (1993, p. 23).²³ Esse enfoque se apoia na construção de um modelo heurístico de análise que é “[...] um eixo escalonado segundo o grau de integração no mercado, em cujas extremidades se encontram, de um lado, ‘o modelo original’ e, de outro, ‘o modelo ideal’ de unidade familiar. O ‘modelo original’ é o ponto de partida da análise, que se fundamenta no relato dos agricultores, mais ou menos conscientemente, sobre o tipo de unidade familiar a que pertenciam no passado: é o referencial do modo de funcionamento da exploração familiar” (p. 17). O “modelo ideal” é aquele que todo agricultor projeta para o seu futuro, em função dele organiza estratégias e toma decisões. Assim, a agricultura familiar moderna, como um modelo de organização das unidades familiares, constitui-se no resultado das transformações históricas por que passaram as formas camponesas.

Lamarche insiste que o eixo definido em torno dos modelos heurísticos de propriedades não segue uma trajetória linear, que se inicia em um ponto de partida até um ponto de chegada, pressupondo a evolução obrigatória das propriedades familiares: “não há qualquer determinismo em nosso propósito”, chega a afirmar (p.20). Nesse sentido, podem coexistir diversos tipos de unidades de produção familiares, como as de tipo camponês ou as *exploitations familiales modernes*, cada uma com características próprias que dependem, em larga medida, dos “bloqueios” e das “rupturas” a que forem submetidas. Estas são duas noções-chave nesta abordagem: a situação de bloqueio é utilizada para compreender porque algumas unidades obtêm sucesso em suas trajetórias e outras não conseguem colocar em prática suas estratégias e alcançar o modelo ideal. As situações de ruptura ocorrem quando se verifica um antagonismo profundo entre o modelo ideal e o modelo dominante, preconizado pela sociedade, o que conduz à inviabilidade das unidades familiares. Assim, segundo Lamarche (p. 19), “[...] os agricultores organizam suas estratégias, vivem suas lutas e fazem suas alianças em função destes

²³ Para uma exposição dos elementos analíticos do modelo de Mendras, consultar o excelente trabalho de Wanderley (1990).

dois domínios: a memória que guardam de sua história e as ambições que têm para o futuro. Suas chances de atingir o modelo ideal, ou simplesmente de se aproximar dele, dependerão da complementariedade de seu projeto junto ao que a sociedade elaborou para eles”. Em síntese, o modelo tipológico de análise proposto por Lamarche (1994b, p. 2) se define da seguinte maneira:

A tipologia leva em consideração, ao mesmo tempo, as realidades estruturais e funcionais da unidade produtiva e suas dimensões sócio-culturais e ideológicas. Somente uma abordagem simbiótica destes dois aspectos da realidade permitirá uma análise dos modos de funcionamento destas unidades e uma avaliação de sua capacidade para gerir as dificuldades e dos diversos imprevistos que deverão afrontar [...] Uma vez determinados os tipos de unidades de produção, resta ainda avaliar sua capacidade de reprodução. Isto consiste em colocar em relação, num contexto local e global determinado, a situação concreta já descrita de cada tipo de agricultor e os projetos formulados por ele e sua família. Se um grupo de agricultores estima que o futuro de sua propriedade (ou seja, a continuação por pelo menos um de seus herdeiros) depende acima de tudo de uma melhora sensível de sua área de exploração, a possibilidade de realizar este objetivo dependerá, primeiramente, da aceitação de um de seus sucessores de seguir a mesma atividade do pai, e, após, da situação do mercado fundiário local (da possibilidade de compra, de locação, dos preços praticados, da obtenção de crédito, etc). O mesmo é válido para as outras condições exigidas [...] Todo estudo sociológico deve levar em conta estes diferentes níveis de observação e de análise, os quais são indissociáveis.

Para Lamarche, as propriedades familiares são unidades de produção agrícola nas quais a propriedade e o trabalho estão intimamente ligados à família. A principal característica dessas unidades é a sua diversidade, o que decorre, segundo o autor, “sem dúvida, da sua excepcional capacidade de adaptação” (1993, p. 15 e 21). Nesse sentido, a pluriatividade é interpretada como uma forma genérica de adaptação dos agricultores à sociedade englobante, pois constitui-se como “[...] um dos elementos das estratégias familiares, permitindo a sobrevivência ou a manutenção da propriedade em determinados casos, seu desenvolvimento ou a modernização em outros” (p. 109).

Essa proposta analítica de Lamarche parece atualizar o modelo teórico estrutural-funcionalista proposto por Mendras (1978).²⁴ A diferença é que no modelo de Lamarche a estrutura social na qual se inserem os agriculto-

²⁴ Para um análise didática desse modelo, consultar Robert (1986). Uma avaliação crítica pode ser encontrada em Jollivet (1974).

res familiares da atualidade não corresponde ao *village* ou às coletividades locais e a função decisiva dos mediadores (que era desempenhada, segundo Mendras, pelos notáveis do *village*) cedeu lugar a um conjunto de “lógicas” ou subsistemas, a saber: sistema de produção, sistema fundiário, sistema familiar, sistema de valores e sistema de representação, cada qual descrito pelo autor em uma segunda publicação da pesquisa, recentemente traduzida e publicada no Brasil (Lamarche, 1999).²⁵ Nessa pesquisa, foram identificados dois mecanismos de funcionamento das unidades, as lógicas familiares e o grau de dependência, “[...] a partir dos quais diferentes modelos teóricos de funcionamento das *exploitation* foram definidos” (1994a, p. 55).²⁶ De um lado, no que se refere às dimensões internas, existem as lógicas familiares que podem ser apreendidas pelo tipo de relação dos agricultores com a terra (fundiária), com o trabalho e com a reprodução da propriedade (herança) e, de outro, na esfera da relação das unidades com a sociedade global, existem os vários graus ou níveis de dependência, que podem ser tecnológicos, financeiros (crédito) ou de mercado, dos quais “[...] depende, em boa medida, a capacidade de adaptação das propriedades face as diferentes escolhas suscetíveis de comprometer seu desenvolvimento” (p. 52). Portanto, a reprodução ou o sucesso dos agricultores dependerá, em larga medida, do grau de dependência e das escolhas da família em face às possibilidades e constrangimentos que a ela se apresentarem.²⁷

Desse arcabouço analítico deriva uma compreensão das unidades familiares que funcionam como um grupo específico no interior da sociedade global (que é a estrutura), cujo futuro está fortemente condicionado pelas políticas agrícolas e as decisões do Estado. Como resultado geral da pesquisa internacional realizada em cinco países diferentes, inclusive no Brasil, Lamarche e os demais autores (p. 284) concluíram que um modelo ideal da agricultura familiar moderna reuniria as seguintes características fundamentais:

[...] a *exploitation familiale moderne* aparece claramente como um modelo que se situa, conforme nós imaginamos no nosso quadro de definição

²⁵ Segundo Lamarche (1993, p. 24), “A exploração familiar deve ser analisada em seu conjunto, ou seja: tendo em conta diversas entidades que a estruturam. Compreender seu funcionamento significa colocar em evidência as diferentes lógicas em função das quais o agricultor determina suas escolhas fundamentais. Estas lógicas se definem em relação a um determinado número de sistemas [...]”.

²⁶ Os quatro tipos ou modelos teóricos que explicam o funcionamento das propriedades são: a unidade familiar moderna, a unidade empresa, a unidade camponesa ou de subsistência e a unidade empresarial familiar (1994a, p. 55).

²⁷ Segundo Lamarche (1993, p. 21), “atualmente, alguns agricultores estão em dificuldades, diríamos até na falência, porque não são mais capazes de pensar de outra maneira o seu modo de produzir e de viver”.

teórica de análise, entre o modelo *paysan* e o modelo *entreprise*, entre a tradição e a modernidade, entre o “modelo original” e o “modelo ideal”. É então um modelo que, por definição, encontra a justificção de sua existência na lógica de integração das *exploitations* à economia de mercado e de adaptação permanente em função destas escolhas.²⁸

Outro modelo de análise das unidades familiares que gerou um expressivo reconhecimento foi aquele elaborado por Gasson e Errington, que ainda é pouco difundido nos círculos acadêmicos especializados do Brasil. Esse modelo parte do pressuposto de que as unidades produtivas agrícolas modernas possuem, ao mesmo tempo, características familiares e empresariais. O modelo proposto por Gasson e Errington (1993, p.18) busca evidenciar as relações entre a propriedade (*farm*) e o grupo doméstico (*household*) e possui seis características fundamentais:

1) a propriedade do empreendimento encontra-se combinada com o controle gerencial da mesma, que se encontra nas mãos de gerentes (*business principals*);

2) esses gerentes encontram-se vinculados por relações de parentesco ou casamento;

3) os membros da família (incluindo esses gerentes) costumam prover capital para o empreendimento;

4) os membros da família, incluindo esses gerentes, trabalham na agricultura;

5) a propriedade do empreendimento e seu controle gerencial são transferidos de geração para geração, ao longo do tempo;

6) a família vive na unidade produtiva).

Esse modelo representa, como os próprios autores salientam, um tipo-ideal da *farm family business* e não apenas uma definição operacional. Seu escopo privilegia as relações de parentesco, o controle administrativo e a transferência intergeracional das propriedades, relegando os aspectos da gestão do trabalho da família a um plano dependente dessas variáveis. As unidades familiares não se definem pelo tamanho ou exclusivamente pelo tipo de ocupação da força de trabalho, o que implica em uma ampliação de

²⁸ Esse modelo ideal de unidade familiar se conforma a partir de oito critérios de funcionamento, sendo quatro relacionados às lógicas familiares: a relação com a terra (entendida como patrimônio ou como fator de produção), o grau de utilização de trabalho familiar ou assalariado, a estrutura da família e seu papel para agricultura e a reprodução familiar da propriedade. Além disso, há quatro outros critérios para análise do grau de dependência, a saber: o grau de intensificação do sistema de produção, os aspectos financeiros, o grau de integração ao mercado e, por fim, o grau de dependência alimentar do exterior (Lamarche, 1994a, p. 265).

enfoque, pois as unidades familiares não são necessariamente agrícolas ou de pequeno tamanho. Assim, o “negócio agrícola familiar” se sustenta sobre duas dimensões fundamentais: a família e o negócio agrícola (*farm business*). Para os autores, em uma situação em que terra e força de trabalho são cada vez menos os principais fatores da produção agrícola, torna-se necessário romper com a associação rígida entre família e agricultura. Nesse caso, para se compreender a produção moderna torna-se cada vez mais indispensável entender os mecanismos comerciais e administrativos das propriedades em face aos complexos agroindustriais.

Para Errington e Gasson (1994, p. 296, ênfase no original), o elemento central para caracterizar as unidades familiares não é apenas a alocação do trabalho, mas

[...] a combinação da propriedade comercial, o controle administrativo e a força de trabalho de uma família. A propriedade familiar e o controle mercantil podem ter implicações totalmente diferentes dessas que usam somente a força de trabalho da família. O conceito de unidade familiar mercantil (*farm family business*) é, portanto, muito mais amplo do que o de unidade familiar de trabalho (*family-worked farm*). A expansão mercantil não é restringida pelo trabalho que a família pode disponibilizar. Nesta nova definição, a família passa a ser vista como uma importante fonte de capital e de capacidade administrativa, bem como de trabalho.

Entretanto, a forma de utilização da força de trabalho é um aspecto central nesse modelo de análise. A questão crucial, como dizem Gasson e Errington (1993, p. 125) não é a presença ou não de trabalho assalariado, mas o fato de que pelo menos parte das relações de trabalho que ocorrem no interior da unidade são também relações familiares. Assim, a alocação da força de trabalho não vai depender apenas das demandas objetivas das tarefas a serem realizadas no processo produtivo, mas igualmente do ciclo demográfico em que se encontrar a família, que será responsável por uma certa flexibilidade que permita a ocorrência de períodos de maior ou menor capacidade de produção. Contudo, a influência desses elementos sobre o funcionamento da produção familiar está diminuindo na proporção em que essas recorrem à contratação de trabalhadores ou, o que é mais frequente, à busca de atividades não-agrícolas fora da propriedade, como é o caso da pluriatividade.

Um dos objetivos desse modelo de análise, segundo seus autores, é colocar em evidência as possibilidades e os limites das unidades familiares no que se refere ao seu comportamento frente às situações distintas do cotidiano, bem como às decisões sobre as estratégias de longo termo.

Para operacionalizar analiticamente esse seu modelo, é observada a relação com os capitais mercantis, os objetivos pretendidos com a venda de produtos e a utilização da moradia (como residência ou como local de trabalho), que são comparadas às formas não-familiares para se compreender suas vantagens ou restrições. Em todas essas situações, o que se analisa é a reação das famílias e suas atitudes perante os problemas e desafios que se impõem à sua reprodução.

Embora não seja o objetivo principal desta exposição, cabe salientar que o modelo proposto por Gasson e Errington vem recebendo críticas sobre a ênfase que confere ao papel da força de trabalho e sua alocação segundo os critérios antes já mencionados. Entre seus críticos, encontra-se o artigo de Djurfeldt (1996), que salienta as dificuldades de aplicação empírica da definição proposta por Gasson e Errington. Segundo Djurfeldt, esses limites decorrem do fato de que o modelo apresentado é formal e sua aplicação para o estudo de situações concretas se restringe ao caso da agricultura britânica contemporânea.²⁹

Com a apresentação desses dois modelos de análise e interpretação da agricultura familiar pretende-se demonstrar que o estudo desse tema ainda se constitui em objeto importante para as Ciências Sociais (particularmente a Sociologia Rural), independente da matriz teórica a que se filiam seus autores. Além disso, acredita-se que os modelos apresentados poderão ser úteis aos estudiosos brasileiros das unidades familiares que, por alguma razão, preferirem utilizar abordagens distintas daquelas propostas pela Sociologia da Agricultura.

1.5. CRÍTICAS E LIMITES DAS ABORDAGENS NEOMARXISTAS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR

A exposição das principais contribuições dos neomarxistas à compreensão das formas familiares e da estrutura agrária revela não somente o vigor analítico dessa abordagem como também sua relevância para a teoria social. De fato, conforme apontado, os neomarxistas norte-americanos e europeus foram bem mais além do que o debate brasileiro, que permaneceu fortemente “amarrado” à discussão da diferenciação social no campo. Seu esforço se expressa não apenas na revisão de aspectos centrais da teoria marxista mas,

²⁹ Nesse sentido, Djurfeldt (1996, p. 341) propõe um modelo que seja *context free* e capaz de incorporar outras noções para definir a agricultura familiar. Esse modelo se apoia em dois princípios: primeiro, deve-se separar as unidades familiares em unidade de produção (*farm*), unidade de consumo (*household*) e grupo doméstico ou familiar (*family*) e, depois, acrescentar como elemento-chave a noção de trabalho familiar para compreensão da reprodução dessas unidades.

sobretudo, no aprofundamento e revelação de novos conceitos analíticos como, por exemplo, o de produção simples de mercadorias. Sob esse prisma, deve-se reconhecer que as abordagens neomarxistas conseguiram responder a um duplo desafio. Em primeiro lugar, lograram atualizar e mostrar a vitalidade e pertinência do marxismo para explicar e compreender os processos sociais e econômicos engendrados pelo capitalismo do século XX. Em segundo lugar, seu esforço recolocou o debate marxista sobre as relações sociais no mundo rural e na agricultura em um novo patamar, obtendo considerável sucesso na batalha contra as teorias rivais. Esse empenho, sobretudo a partir da década de 1970, trouxe uma contribuição significativa para o avanço do conhecimento científico das Ciências Sociais que se ocupam do estudo da agricultura e das populações que vivem nos espaços rurais.

Malgrado esse sucesso, o revigoramento da teoria social crítica, iniciado na década de 1970 pelos neomarxistas, ainda mantém deficiências e até mesmo limites que impedem avanços ainda mais significativos no estudo dos processos sociais agrários. É claro que essa avaliação possui um conteúdo subjetivo e varia em relação aos autores e enfoques, o que, aliás, parece salutar para assegurar a vitalidade deste aporte. Entre os limites desta abordagem, contudo, pode-se destacar o apego, por vezes excessivo, a um certo tipo de dedutivismo teórico, muitas vezes utilizado de modo dissimulado, que privilegia o papel dos elementos teóricos e conceituais em detrimento da pesquisa empírica e do trabalho de campo. Em alguns casos, essa proeminência assumiu um caráter essencialmente econômico, prejudicando a compreensão e identificação de outros aspectos das sociedades investigadas como a cultura, a religião, as tradições, etc. Segundo Buttel, Larson e Gillespie Jr. (1990), de certo modo, essa concepção dos neomarxistas se relaciona ao fato de terem insistido em perceber as formas familiares a partir do referencial da teoria do valor de Marx. Tanto as teses dos “obstáculos naturais” como da “produção simples de mercadorias” têm como núcleo central de sua argumentação o papel que as formas familiares desempenham no processo de formação do valor e acumulação de capital. Assim, para Mann e Goodman, as formas familiares persistem no capitalismo pela impossibilidade do capital tornar a agricultura um setor em que a taxa de lucro lhe seja satisfatória e atraente. Já para Friedmann, a persistência das formas familiares se deve à incapacidade histórica do capitalismo em separar os meios de produção da propriedade da terra em determinados grupos sociais. Em razão disso, muitos estudiosos rurais afastaram-se da Economia Política, buscando aportes teóricos que conferissem maior destaque a temas como os padrões de herança e transferência do patrimônio e as relações de gênero e de poder no interior das famílias.

Além disso, os neomarxistas continuam a ser acusados de operar com conceitos excessivamente abstratos e orientados por uma pretensão generalista de universalizar explicações sobre diferentes grupos sociais (Llambi, 1990). A crítica que recebem fundamenta-se na idéia de que conceitos-chave, como o de produção simples de mercadorias, utilizados por alguns de seus expoentes, não fogem à característica de serem recursos heurísticos formulados *ex ante*, que guardam semelhança com o procedimento hegeliano tão criticado por Marx, de “fazer descer do céu à terra” as abstrações do pensamento que são utilizadas para explicar a realidade.

Em segundo lugar, as análises neomarxistas são criticadas pelo fato de que suas explicações acerca da persistência ou transformação da agricultura familiar no capitalismo se produzem “de fora para dentro”, pois afirmam que a possibilidade da agricultura familiar de se reproduzir não se deve à sua dinâmica interna de funcionamento, mas aos condicionantes da estrutura macro-econômica e social na qual está inserida. Nesse sentido, a agricultura familiar é entendida por alguns neomarxistas ora como uma anomalia, isto é, algo anacrônico em relação à divisão social do trabalho, que o capitalismo “tolera”, em razão dos obstáculos que a natureza impõe ao seu pleno desenvolvimento na agricultura, ora como uma forma social que se “articula” ou consegue “coexistir” no interior de outras formações sociais e modos de produção. O que só acontece porque sua persistência beneficia o processo global de acumulação de capital, uma vez que a agricultura familiar produz alimentos a custos inferiores aos empreendimentos capitalistas dada sua condição de uso da força de trabalho não-remunerada da família. Esse dedutivismo ainda hoje está presente nas abordagens sobre as estratégias de reprodução dos agricultores familiares, como a pluriatividade, que é interpretada como se fosse exclusivamente uma “estratégia de adaptação” das famílias e dos indivíduos ao mercado de trabalho rural não-agrícola.

Em terceiro lugar, os neomarxistas são alvejados pelas mesmas críticas dirigidas a Marx, que são expressas pela formulação de síntese apresentada por Abramovay (1992, p.34-35), de que, nessa abordagem, não há espaço lógico para categorias sociais, como a de campesinato ou a agricultura familiar, que não se inserem nas “leis básicas de desenvolvimento do capitalismo” Segundo essa formulação, o marxismo seria epistemologicamente incapaz de conferir estatuto conceitual a essas categorias, porque parte da premissa lógico-teórica que elas não encontram espaço para sua reprodução toda vez que a divisão social do trabalho passa a se orientar segundo as relações capitalistas de produção e reprodução. Segundo Marx, o agricultor familiar (ou os chamados “proprietários parcelários”), mantinha um caráter contraditório, pois era ao mesmo tempo dono de meios de produção e trabalhador sem, no entan-

to, assumir a condição de capitalista.³⁰ Para Abramovay, as reservas de Marx a essas categorias sociais não se resumiam à sua aversão política ou ideológica (expressa na famosa afirmação de que seriam “um saco de batatas”), mas, sobretudo, devido ao fato de que epistemologicamente, do ponto de vista da dialética, as categorias sociais que não podiam ser conhecidas por sua antítese (ou superação) e, portanto, não tinham *raison d'être* lógica. Pelo fato do camponês sintetizar a dupla condição de proprietário dos meios de produção e trabalhador, sua negação ou transformação era impossível de ser pensada a partir das categorias básicas da teoria marxiana.

Não obstante essas críticas, é possível afirmar que, do ponto de vista econômico, a teoria social crítica parece ter respondido satisfatoriamente a indagação acerca das razões que explicariam a persistência das formas familiares ao longo do século XX. Contudo, a excessiva preocupação dos neomarxistas com esses aspectos acabou tornando essa perspectiva analítica cada vez menos atraente aos cientistas sociais. Além disso, frente às mudanças que afetam o mundo rural e a agricultura familiar, em particular no período mais recente, com o crescimento das atividades não-agrícolas, a própria validade das proposições da Economia Política marxista passou a ser questionada.

A conclusão mais geral é de que a inserção econômica e produtiva dos agricultores já não é mais a única (e, em certos casos, nem mesmo a mais importante) forma de acesso dos indivíduos e das famílias rurais à divisão social do trabalho. Com isso, complexificam-se as relações sociais cuja natureza e dinâmica não podem mais ser explicadas apenas a partir das dimensões estritamente ligadas à produção material ou agropastoril. O que não significa, de modo algum, que deixe de existir a apropriação de valor na sociedade capitalista. Ao contrário, esse processo se diversifica e assume novas feições que perpassam as fronteiras espaciais e setoriais. A emergência da pluriatividade e das atividades não-agrícolas no espaço rural, como se verá mais adiante, parece se constituir em uma expressão desse processo.

Em termos analíticos, essa situação coloca em xeque o argumento de que, no capitalismo, a divisão social do trabalho se processa, *par excellence*, através do processo de acumulação de valor via extração do sobretrabalho, do qual decorre uma divisão espacial (rural *versus* urbano) e setorial (indústria, agricultura, comércio) da sociedade. Por essa via, pode-se questionar

³⁰ “[...]duas pessoas: como proprietário dos meios de produção é um capitalista; como trabalhador, é seu próprio assalariado. Como capitalista ele paga a si mesmo salários e extrai seu lucro de seu capital; isto quer dizer que ele explora seu próprio valor-trabalho, e paga a si uma mais-valia, o tributo de seu trabalho para o próprio capital” (Marx, 1976, p. 408).

a idéia, tão corrente entre enfoques mais ortodoxos, de que a expansão do capitalismo se reduz à instauração de um certo tipo de relação de produção, que provoca, inexoravelmente, a separação entre o trabalho e o capital (a separação de classes) e entre o campo e a cidade.

A perspectiva adotada neste livro parte do pressuposto de que, para se explicar por que as formas familiares sobrevivem nas sociedades modernas, não se requer, necessariamente, entendê-las pelo papel ou função que exercem no processo geral de acumulação de capital. É claro que isso não implica dizer que essas formas sociais permanecem isoladas, estranhas ou situadas à margem da divisão social do trabalho. Ao contrário, as formas familiares existem no interior das sociedades mais amplas, interagem com elas e sofrem diretamente seus efeitos e pressões. O que não ocorre, no entanto, senão em situações cada vez menos frequentes, é a sua identificação com as posições de classe típicas do capitalismo, como assalariados ou burgueses, identificadas por Marx. Na sociedade contemporânea (por alguns chamada de pós-industrial ou pós-moderna), o processo de estratificação social tornou-se mais complexo, especialmente pelas novas formas que o trabalho vem assumindo, e uma explicação baseada na polarização de classes parece não ser mais suficiente, embora ainda seja fundamental para se entender as relações sobre as quais o capitalismo estabelece a regulação da sociedade contemporânea. Para o pensamento sociológico crítico, no entanto, essas transformações recolocam o poder explicativo da dialética, porque é justamente a ela que se deve recorrer para tentar entender o processo de articulação, integração e exclusão das formas sociais que não assumiram as características das relações capitalistas clássicas, que não apenas continuam a existir como parecem estar se difundindo.